

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Amanda Beatriz Lopes

A ALFABETIZAÇÃO COMO APROPRIAÇÃO DO MUNDO: contribuições para
pensar os determinantes que condicionam o processo de alfabetização no Brasil

Florianópolis

2023

Amanda Beatriz Lopes

A ALFABETIZAÇÃO COMO APROPRIAÇÃO DO MUNDO: contribuições para pensar os determinantes que condicionam o processo de alfabetização no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra Heloísa Teles

Florianópolis

2023

Lopes, Amanda Beatriz

A alfabetização como apropriação do mundo : contribuições para pensar os determinantes que condicionam o processo de alfabetização no Brasil / Amanda Beatriz Lopes ; orientadora, Heloísa Teles, 2023.

70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. educação. 3. analfabetismo. 4. evasão escolar. 5. serviço social. I. Teles, Heloísa. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Amanda Beatriz Lopes

A ALFABETIZAÇÃO COMO APROPRIAÇÃO DO MUNDO: contribuições para pensar os determinantes que condicionam o processo de alfabetização no Brasil

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 23 de junho de 2023.



Coordenação do Curso

Banca examinadora



Profa. Heloísa Teles, Dra.

Orientadora



Profa. Carla Bressan, Dra.

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina



Aline da Silveira Bittencourt

Ação Social de Barreiros

Florianópolis, 2023.

Dedico este trabalho à minha família e a todos os Assistentes Sociais que lutam diariamente pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proteger desde meu nascimento, guiar meus caminhos e me fazer crer no impossível.

Aos meus pais, Carla e Roberto por me dar a vida, estar sempre ao meu lado, confiar no meu potencial e me criar de maneira tão amorosa e presente. Tudo que sou hoje devo a vocês dois!

A minha irmã, Jullyana, que sempre foi um exemplo e inspiração para mim e segue me apoiando, independente das circunstâncias.

Ao meu namorado, Rogério, por constantemente acreditar na minha capacidade, mesmo quando eu não acredito. E me apoiar com palavras gentis e carinhosas.

A minha avó e também madrinha, Marlene, por ser como uma segunda mãe em minha trajetória.

Em memória de minha avó Argentina, que ficaria muito orgulhosa em saber que a neta caçula conseguiu entrar em uma Universidade e está na reta final. Apesar de estar a quase 6 anos longe de mim, permanece presente todos os dias em minhas lembranças.

Aos meus colegas e amigos de faculdade, que foram essenciais durante os meus 5 anos de graduação e tornaram meus dias mais leves, dividindo anseios e alegrias. Levarei para sempre comigo as boas memórias desses anos.

A todos os meus professores, que foram uma parte importante nesse longo caminho e me ensinaram muito além do necessário. De modo especial, agradeço à minha orientadora, carinhosamente conhecida por Helô, que foi essencial nesse último ano. Obrigada por estar sempre disposta a atender minhas demandas de maneira tão gentil. Aprendi muito com você nessa jornada e admiro a brilhante profissional que você é.

A minha supervisora de campo, Aline, que me recebeu de braços abertos na instituição e tornou-se uma referência para mim. Dando-me todo suporte necessário durante e após o estágio.

A banca examinadora por aceitar meu convite e disponibilizar seu tempo para ler e analisar meu trabalho.

RESUMO

A educação de crianças e adolescentes compõem a processualidade histórica da humanidade e na atual conjuntura, expressa nova mudanças a partir das diferentes leis implementadas no país. Atualmente, os assistentes sociais têm atuado junto à educação, lidando diretamente com as expressões da questão social que se presentificam nas instituições escolares e na vida dos discentes e suas famílias. Desse modo, o presente trabalho possui como objetivo mapear e analisar a produção bibliográfica acerca dos determinantes que condicionam o processo de alfabetização com o intuito de reconhecer as incidências no campo da educação. O presente trabalho se configura numa revisão bibliográfica e documental, com abordagem quanti-qualitativa. A proposta metodológica eleita para a elaboração da pesquisa foi o estado da arte, tendo como universo os periódicos classificados pela CAPES como A1 e A2 da área do Serviço Social. Como principais resultados das análises realizadas chegou-se ao quantitativo de 9 artigos que tratavam diretamente da temática proposta para o estudo. A síntese das produções permite compreender que a educação é considerada como meio para socialização e aquisição de aprendizados, portanto, tem uma incidência direta na reprodução social. Desse modo, encontra-se atravessada por todas as contradições que constituem a estrutura sócio, política e econômica brasileira. Como consequência, constata-se que a população mais pobre tem sido, historicamente, a mais afetada pela falta de acesso à educação e, conseqüentemente, contribuindo na reprodução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: educação; analfabetismo; evasão escolar; serviço social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico periódicos do Serviço Social Qualis A1 e A2 no ano de 2023	41
Quadro 2 – Corpus de análise	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS Conselho Federal de Serviço Social

CF Constituição Federal

CNE Conselho Nacional de Educação

DAEB Diretoria de Avaliação da Educação Básica

ECA Estatuto da Criança e Adolescente

EJA Educação de Jovens e Adultos

ESCS status econômico, social e cultural

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSE Indicador de Nível Socioeconômico

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC Ministério da Educação

PNAIC Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE Plano Nacional de Educação

PISA Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA EDUCACIONAL	22
2.1 APREENDER A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO NO BRASIL 24	
2.2 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE SEU MARCO JURÍDICO-NORMATIVO – A PARTIR DA DÉCADA DE 90	30
2.3 ACESSO E DESEMPENHO DOS (AS) ESTUDANTES NO ENSINO BÁSICO NO BRASIL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES REFLEXIVAS.....	36
3 ESTADO DA ARTE: PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO, ANALFABETISMO, EVASÃO ESCOLAR E SERVIÇO SOCIAL INSERIDO NA EDUCAÇÃO	40
3.1 EXPOSIÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA	41
3.2 A EDUCAÇÃO OBSERVADA COMO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES HISTÓRICAS	47
3.3 O ANALFABETISMO LIGADO A FALTA DE ACESSO E PERMANÊNCIAS NAS ESCOLAS	50
3.4 A EVASÃO ESCOLAR COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	52
3.5 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	55
3.6 CATEGORIAS DEPREENDIDAS DAS OBRAS	57
4 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE	67
ANEXO	75

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização escolar é um processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, o qual ocorre no início da escolarização de crianças. No entanto, a apreensão do mundo linguagem não restringe-se ao aprendizado formal, restrito às normas e procedimentos acadêmicos. Pelo contrário, o deciframento dos códigos literários implica na inserção e apropriação da realidade social a partir das condições materiais e objetivas dos sujeitos que encontram-se inseridos nelas. Paulo Freire constitui-se como um dos precursores nesse debate e indica que “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”. (1989, p. 13).

Deste modo, depreende-se que a alfabetização é uma aquisição social e, portanto, atravessada pelos diferentes interesses que constituem a sociedade. Gadotti (2006) afirma que a educação também é política, fazendo-se necessário decifrar os contextos e as tendências, vinculados aos diferentes projetos de sociedade que encontram-se em disputa. A educação “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento dos cidadãos nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social” (FREIRE, 1991, p. 68).

Parte-se do pressuposto de que os processos de alfabetização demandam a dinamização do processo educativo por meio de uma perspectiva que dialoga com a realidade social dos (as) estudantes e supere a concepção conservadora de educação que ainda é hegemônica. Atualmente, a educação não é mais entendida somente a partir da relação interna entre professor e aluno, mas, de forma ampla, incluindo diferentes determinantes, constituindo uma unidade complexa de relações internas e externas (GADOTTI, 2006).

Considerando a educação enquanto meio para socialização e aquisição de aprendizados, importa ainda considerar como o Estado vem, historicamente, respondendo às necessidades da classe trabalhadora em relação à alfabetização e o acesso ao direito à educação. Nesse contexto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso parte do questionamento sobre quais determinantes incidem no processo de alfabetização de crianças e adolescentes no Brasil.

Isto posto, a presente pesquisa dispõe como tema a alfabetização no Brasil e os determinantes que condicionam o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. O objetivo é mapear e analisar a produção bibliográfica acerca dos determinantes que condicionam o processo de alfabetização com o intuito de reconhecer as incidências no campo da educação. Como objetivos específicos foram estabelecidos a compreensão da gênese da educação como direito no Brasil; apreender como o debate sobre a educação, analfabetismo e evasão escolar tem aparecido na produção da área do Serviço Social e; por fim, refletir acerca da atuação do Serviço Social na educação.

A relevância da investigação sobre o tema ancora-se nos dados da realidade educacional brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil, em 2017, totalizava 7,0%. Essa taxa tratava apenas das pessoas jovens e adultas, representando 11,5 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever. Incluindo a população idosa, com 60 anos ou mais de idade, esse número chega a quase triplicar para 19,3%. Particularizando esses dados e considerando o indicador de cor/raça, observamos que o índice de pessoas pretas e pardas que não sabem ler e escrever chega a 9,3%, enquanto os brancos compreendem menos da metade, com um percentual de 4,0%.

Entre os anos de 2019 e 2022, a taxa de analfabetismo no Brasil caiu de 6,1% para 5,6%, respectivamente (IBGE, 2022). Nesse período, a região Nordeste possuía a taxa mais alta, com 11,7%, enquanto o Sudeste alcançou os menores índices, com 2,9%. Ainda de acordo com a pesquisa, entre a população preta e parda com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, enquanto entre a população branca o número era de 3,4%. A taxa de analfabetismo entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade atingiu 23,3% na população preta e parda, enquanto a população branca alcançou 9,3%. No que se refere ao índice de escolarização das crianças de 4 a 5 anos de idade sofreu uma queda, passando de 92,7% em 2019, para 91,5% no ano de 2022. No âmbito do ensino médio, 18,3% dos jovens de 14 a 29 anos de idade não concluíram essa etapa escolar. Os motivos variam entre abandono ou por nunca terem frequentado a escola, sendo que a maior justificativa foi a necessidade de trabalhar, sendo o motivo de 40,2% destes

estudantes. Há ainda a situação causada pela Pandemia da COVID-19¹ que determinou o isolamento social como medida preventiva para contenção da propagação do vírus e impôs o ensino remoto como estratégia para a educação nesse contexto.

A problematização desses dados reforça a compreensão de que existem elementos vinculados à formação sócio-histórica do Brasil, assentada no racismo, desigualdade e violência, que incidem diretamente no processo de alfabetização. Buscando diálogo com o objeto de pesquisa e intervenção do Serviço Social, importa explicar essa realidade a partir das expressões da questão social, uma vez que a educação, no campo da reprodução das relações sociais, encontra-se inscrita na dinâmica da acumulação capitalista e abarcam múltiplos fenômenos sociais” (GADOTTI, 2006), conforme indicado acima.

De acordo com Yamamoto (2008) a “questão social” é constitutiva da sociedade capitalista, pois diz respeito à relação de exploração a qual os trabalhadores encontram-se submetidos no modo de produção capitalista e as contradições advindas da resistência perpetrada por eles. Desse modo, a questão social constitui uma arena de lutas sociais, políticas e também culturais em oposição às desigualdades socialmente produzidas. As suas expressões materializam a exploração ganhando concretude na desigualdade, violência, pobreza, desemprego, dentre outros.

Nesse contexto, a atuação do Estado torna-se imprescindível no sentido de acesso e garantia de direitos à população. Portanto, tomando a particularidade do campo educacional, compreende-se, a partir de Mortatti (2010), a necessidade de pensar em políticas públicas para o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita com base no pressuposto óbvio de que as decisões de ordem teórico-epistemológica ou técnica, são também políticas, ou seja, resultam de escolhas centradas em julgamentos de valor, uma vez que:

[...] a ação governamental reflete escolhas em um quadro de conflito, não havendo, portanto, governos imparciais, pois as escolhas sempre envolverão julgamento de valor, ainda que estejam ancoradas em avaliações técnicas. (OLIVEIRA; DUARTE, 2005, p. 283).

¹ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. (BRASIL, 2021)

A lei Nº 8069 Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), prevê em seu Capítulo IV o direito à educação, cultura, esporte e lazer. Encontra-se inscrito no ECA a concepção da educação como um preparo para o exercício da cidadania, bem como uma qualificação ao trabalho. A direção política adotada é direcionada para a defesa da educação como meio para a libertação das massas populares a partir do estabelecimento de uma relação dialética que deve ser construída para que favoreça a todos e não somente as elites (GADOTTI, 2006).

A viabilidade da garantia de direitos no âmbito da educação escolarizada, partindo da creche à universidade, ou ainda em uma educação não formal, que ocorre desde a infância até a velhice, pode contribuir para formação de um sujeito que conheça os seus direitos, tornando o mesmo com autonomia de suas decisões e na procura pela sua emancipação. Assim sendo, a educação pode ser pressuposta como um espaço privilegiado que leva ao enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. (CFESS, 2013).

A curiosidade sobre esse tema surgiu a partir das inquietações surgidas durante a realização do Estágio Obrigatório do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A autora obteve um contato mais profundo com crianças e adolescentes que vivem na favela do Pedregal, localizada no Bairro Ipiranga em São José, e possibilitou observar a dificuldade que elas possuíam na escrita. A partir do convívio com crianças e adolescentes de seis a dezessete anos, foi possível perceber que algumas não realizavam a formulação de palavras ou até mesmo confundiam diversas letras do alfabeto. Essas questões impactam diretamente na socialização desses sujeitos e se referem às condições de inserção nos diferentes processos e relações sociais e, portanto, é decisivo para o exercício da cidadania.

Desse modo, é importante salientar o impacto que a não alfabetização pode causar ao se tornarem adultos. Em uma pesquisa realizada em algumas favelas de São Paulo, observou-se que a baixa escolaridade ocasiona em piores remunerações, acarretando um agravamento na desigualdade social. Segundo Santos, Martins e Sawaya (2009), a população migrante oriunda de outras regiões, principalmente do Nordeste com baixos níveis de escolaridade e, portanto, com maior dificuldade de acesso aos postos de trabalho, consegue integrar-se apenas

precariedade ao mercado de trabalho urbano, permanecendo em grande medida desempregada ou subempregada.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013), reafirma a educação como uma política pública que, a partir das lutas sociais, principalmente da classe trabalhadora, compõe o conjunto amplo dos direitos sociais. Nessa linha, os assistentes sociais constituem-se como profissão potente para atuar na educação, considerando que desenvolvem a articulação de um conjunto de competências e habilidades profissionais que subsidiam sua atuação e qualificam o exercício do seu trabalho. Sua inserção na educação contribui ainda para o desvelamento das particularidades que compõem a área educacional e a efetivação da concepção de educação libertadora que encontra-se vinculada ao projeto ético-político do Serviço Social.

Como estratégia metodológica para alcançar os objetivos delineados para a pesquisa definiu-se que a revisão bibliográfica e documental, com abordagem quanti-qualitativa. A escolha pela abordagem quanti-qualitativa foi tomada considerando que é fundamental para a compreensão de fenômenos sociais, pois “a expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados” (PRATES, 2012, p. 117). Na particularidade do estudo aqui proposto, o fenômeno investigado refere-se à educação e a reprodução do analfabetismo como expressão da questão social. A proposta metodológica eleita para a elaboração da pesquisa foi o estado da arte, tendo como universo os periódicos classificados pela CAPES como A1 e A2 da área do Serviço Social

A revisão bibliográfica compreendeu o levantamento de artigos, livros, trabalhos de conclusão de curso, periódicos, teses, dissertações e clássicos mais relevantes que tratam da educação, crianças e Serviço Social, no Brasil. Já a revisão documental será feita a partir das leis, diretrizes, normas, dados estatísticos e resoluções, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O estado da arte compreendeu o levantamento dos artigos que continham como tema ou palavra-chave: educação, analfabetismo, evasão escolar e Serviço Social. A base de dados correspondeu aos seguintes periódicos: Argumentum; O Social em questão; Revista de Políticas Públicas; Em Pauta; Revista Katalysis;

Serviço Social & Sociedade; Germinal: Marxismo e educação em debate; Ser Social; Serviço Social em Revista; e Temporalis.

O presente trabalho de conclusão de curso foi organizado em quatro seções, representando essa a primeira. A segunda seção aborda a reflexão da educação a partir de uma perspectiva sócio-histórica, a qual trata em suas subseções a constituição da educação como um direito no Brasil, além de tratar sobre o acesso e desempenho dos (as) estudantes no ensino básico. A terceira seção trata da metodologia de pesquisa do presente trabalho, dedicado ao estado da arte, iniciando pela coleta de dados em periódicos e seguindo para a análise dos artigos selecionados e relevantes à monografia. A última seção dispõe das considerações finais obtidas durante o processo de escrita.

2 PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA EDUCACIONAL

Pensar a educação a partir de uma perspectiva sócio-histórica demanda, obrigatoriamente, uma digressão histórica para que seja possível reconhecer as determinações que atravessam sua constituição. Observando os limites de um trabalho de conclusão de curso de graduação essa retomada será breve, mas pretende recuperar os principais contextos e fatos que marcam a educação no Brasil.

Entre os séculos XVII e XVIII, o Brasil viveu a fase de invasão colonial. Nesse período o contexto principal referiu-se aos processos de exploração e expropriação de terras e bens naturais, bem como ao genocídio da população indígena. As primeiras ações no campo educacional referem-se aos processos denominados como catequização. Ou seja, ações desempenhadas por grupos religiosos (predominantemente jesuítas) no sentido da conversão dos povos originários para o catolicismo. Os indígenas aldeados precisavam fazer retiros mensais e anuais, exame de consciência e orações pessoais. Os missionários utilizavam de improvisação, o que criou algumas situações inusitadas, como a falta de material escolar, sendo necessária a utilização de objetos nativos, como folhas de bananeiras, areias da praia e paredes das cabanas. (BETTENDORFF, 1990, p. 156-157 apud ARENZ, 2014).

No âmbito da atuação do Estado, as ações no campo da educação foram tardias e, majoritariamente, voltadas para responder aos interesses das classes dominantes. A precarização no ensino primário e secundário foi sendo, paulatinamente, aprofundada, visto que as políticas governamentais passaram a ser cumpridas em prol do nível superior, o que assegurava a formação das elites dominantes. Nesse momento, os pais não almejavam o aprendizado dos filhos, apenas ansiavam para que estes estivessem prontos para os exames preparatórios. (FRANKLIN, 2017)

Ainda, subsidiada por Franklin, sendo essa situação compreendida como desigual, foram necessárias algumas reformas educacionais como o Código Epitácio Pessoa (1901) e a Reforma Rivadávia (1911), as quais tentaram reverter essas decisões, entretanto não obtiveram o êxito desejado, qual seja, a valorização

do ensino elementar secundário, com o intuito de modificar o foco que estava somente em exames preparatórios para os cursos superiores.

Nesse cenário, as elites desejavam fazer de seus filhos burocratas e doutores. Por outro lado, a população residente do campo se encontrava excluída pela educação. Desde o Império, até o início da República, os grupos dominantes eram privilegiados, enquanto isso conforme as séries aumentavam, primária, secundária e superior, menor se tornava o acesso à educação por parte da população mais empobrecida. (FRANKLIN, 2017)

Com o início da primeira década da Proclamação da República brasileira (MORTATTI, 2010), tem-se as reformas de instrução pública. A partir disso, as práticas de leitura e escrita se tornaram escolarizadas, sendo ensinadas e aprendidas em um espaço público a partir de uma organização metódica, sistemática e intencional, visto que passaram a ser consideradas estratégias para a formação do cidadão, além de ajudar no desenvolvimento político e social do país conforme os ideais republicanos. A partir dos anos de 1930, com o processo de centralização, a nível federal, de decisões políticas no âmbito da vida social, a educação e, principalmente, a alfabetização, passaram a integrar políticas e ações dos governos estaduais, com grande importância para a promoção e sustentação de um desenvolvimento nacional.

No ano de 1932 ocorreu o Movimento da Escola Nova no Brasil, o qual lutava por uma educação laica, pública, gratuita e obrigatória, visto que naquele cenário a educação era em sua maioria conservadora, religiosa e voltada, sobretudo, para as elites. Sua influência surgiu de fora do Brasil, advinda do filósofo e educador John Dewey. Após conhecerem essa ideia, os educadores brasileiros se inspiraram para implantar também em seu país. Fizeram parte desse movimento cerca de 26 educadores, pois acreditavam que a educação é uma maneira de possibilitar o progresso econômico e social da sociedade. Esse movimento sofreu fortes críticas dos tradicionalistas, especialmente advindas da Igreja Católica. Naquele momento uma proposta como a sugerida pelo movimento ia totalmente contra o modo de ensino vigente, que era apoiado pelo Estado por possuir uma forte ligação com a Igreja. Apesar do confronto entre a Igreja e os educadores, esse movimento conseguiu impulsionar a realização de uma mudança no sistema educacional. (GADÊLHA; MORAES; RIBEIRO, 2021).

Por conseguinte, o fato de saber ler e escrever significou um grande modo de medir a testagem da eficiência das escolas públicas, laicas e gratuitas. A maneira que se utilizava nesse ensino para a análise era de diferentes formas, finalidades e conteúdos, tendo como principal enfrentamento a dificuldade das crianças em sua alfabetização, respondendo assim de forma mais adequada às urgências políticas, sociais e educacionais do país (MORTATTI, 2010).

O movimento dos anos de 1930 apontava a necessidade de reestruturação da educação em todo país. No entanto, a conjuntura política, econômica e social não viabilizou condições concretas que fossem capazes de enfrentar as forças dominantes e superar as tantas adversidades que constituíam o cenário educacional. Isto pois, a educação, para além do formalismo tecnocrático, é inerentemente política.

A educação aparece então num conjunto de conexões internas e externas. Não é mais vista, por exemplo, como uma relação interna bipolar entre professor e aluno, mas é compreendida como momentos e aspectos contraditórios de um movimento mais amplo da própria sociedade, uma totalidade na unidade dos contrários. (GADOTTI, 2006, p. 169).

Desse modo, faz-se necessário compreender o processo de constituição da educação no Brasil para que assim se compreenda as desigualdades advindas desde a formação social, política, econômica e cultural do país e seja possível analisar o recorte da alfabetização das crianças e adolescentes nesse contexto.

2.1 APREENDER A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO NO BRASIL

A educação brasileira é garantida como um direito universal, salvaguardada pela Constituição Federal de 1988. No entanto, nem sempre foi assim, pois durante um período a educação no país era destinada somente a um fragmento da população - os filhos da nascente burguesia brasileira. Aos demais brasileiros(as) - escravizados, indígenas e mulheres, restava enfrentar os numerosos desafios diante das discriminações em razão do seu gênero, etnia/raça e condição de classe.

Nos anos de 1617, a partir da atuação de franciscanos portugueses no Brasil, se exacerbaram as aldeias de catequese. Os povoados jesuíticos eram

regidos por seus próprios regulamentos, possuindo duas funções, uma delas era a conversão da religião cristã e outra a inserção na economia colonial. No interior dos aldeamentos a evangelização gerou influências nas percepções de mundo e práticas culturais naqueles que estavam envolvidos, desencadeando um processo que hoje é denominado como aculturação. Em outros termos, isso significou práticas de memoricídio e etnocídio², contribuindo no apagamento da cultura, ritos, práticas, memórias e tantos outros elementos inerentes aos povos originários.

A partir dos estudos de John Manuel Monteiro (apud ARENZ, 2014), são mostrados os efeitos que a reconfiguração dentro dos aldeamentos do Brasil Colonial gerou, como epidemias, deportações e catequização. Com a intenção de acabar com as diferenças e restituir esses vistos como “selvagens” na sociedade, os missionários ressignificam com frequência as práticas cristãs. Isso resultou na imposição de determinado modo de ser e existir pautado, sobretudo, nos valores europeus, concretizando a lógica colonialista.

Entre 1588 e 1589 o Jesuíta espanhol José de Acosta exhibe pela primeira vez uma forma de enquadrar os indígenas. Identificados como povos das selvas. O autor não expõe qualquer tipo de racionalidade, como havia feito anteriormente com os povos orientais e ameríndios do planalto, os índios do planalto, por sua vez, eram descritos pela nudez, nomadismo, sexualidade, comportamento irregular e ausência de linhagens que eram utilizados para comparar-lhes com animais. (ARENZ, 2014).

Assinado no ano de 1750, o Tratado de Madrid salvaguardava os interesses dos portugueses no Brasil, mas ainda não havia sido implementado por ocorrer disputas internas e externas sobre ele. O Rei se preocupava com suas garantias sobre o comércio e território nas bacias amazônicas e platinas. Em um documento assinado no ano de 1751 pelo Rei e o Secretário de Estado, mostram que os eclesiásticos possuíam um excesso de poder e que, deveriam deter unicamente do domínio espiritual (DIAS, 2017).

Entendendo que apesar de haver uma confiança da coroa para com os Jesuítas, eles passam a ter poderes limitados e assim começa um embate entre

² Rampinelli, W. J. (2013). Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. *Lutas Sociais*, 17(30), 139–142. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v17i30.25711>. Acesso em 10/11/2022.

essas duas classes, resultando na expulsão de quatro missionários do Brasil e a retirada do poder espiritual em uma das aldeias. Após muitos conflitos com os jesuítas, o monarca recebeu um protesto escrito com provas materiais contra estes, que resultaram na sua proibição de interferir em assuntos políticos e caso assim o fizessem, seriam desnaturalizados (DIAS, 2017).

De acordo com Franklin (2017), por volta dos anos de 1830 algumas profissões como artesãos, comerciantes, ambulantes e costureiros passaram a somar uma parte considerável da população, e assim foi necessário realizar algumas mudanças no sistema de educação buscando atender as necessidades vinculadas às transformações econômicas que o Brasil vivenciava. Desse modo, passou-se a considerar uma formação e habilitação técnica, a qual seria propícia para desempenhar funções burocráticas, bem como trabalhar em empregos urbanos de menor porte. Inicialmente, essas mudanças ocorreram somente no Rio de Janeiro, local que se instalava a Corte. Vale ressaltar que nesse período estava vigente no país a escravidão e, portanto, o maior contingente populacional, formado pelos(as) trabalhadores aqui escravizados, ainda não era considerado pessoa, quem dirá ter acesso a qualquer tipo de direito.

No ano de 1854 criou-se a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, que objetivava fiscalizar, bem como orientar o ensino público e particular, além de inspecionar as normas e a formação de professores. No entanto, os poderes dominantes, sendo eles formados por fazendeiros, políticos e comerciantes, como de costume, seguiram seus interesses e passaram a focar somente na qualidade do ensino superior. Deixando as demais modificações e melhorias do ensino primário e secundário, meramente superficiais, essa situação ocorreu a vista que o grupo privilegiado não pretendia realizar uma mudança na estrutura social e educacional, assim preservava o status e privilégios somente em algumas funções do bacharelado (CURY, 2002).

Essas alterações demandaram a complexificação da própria legislação, buscando regulamentar a educação no Brasil. Dessa maneira, para que um direito seja reconhecido é necessário que este esteja, primeiramente, resguardado por uma lei de caráter nacional. Posto isso, Bobbio (1992 apud CURY, 2002) aponta que a veracidade de um direito, requer a existência de um sistema que o

regulamente. A configuração do direito, deste modo, está ligada à obrigação. Nesse caso, a obrigação do Estado.

Subsequente, a educação é citada de maneira breve na primeira Carta Magna, escrita no ano de 1824, a qual garante a educação primária gratuita para todos os cidadãos. Em contraponto, de acordo com Vieira (2007), não foi mencionado na Lei de 15 de outubro de 1827, tampouco na Constituição de 1891.

A primeira Constituição que dedica um espaço significativo para a educação ocorre somente no ano de 1934, definindo o percentual a ser dedicado para a educação e, garantindo que os municípios e a União apliquem no mínimo 10% do valor arrecadado a partir dos impostos e os Estados e o Distrito Federal, no mínimo, 20%. Além disso, a mesma passa a reconhecer o ensino fundamental como um direito de todos e obrigatoriedade ao ensino primário.

Em seguida, na Constituição de 1937, a educação não é mais gratuita para todos, visto que acrescenta em um dos seus artigos a parcialidade dessa gratuidade, a qual se dirige para aqueles que não possuem condições de pagar um ensino particular. Portanto, retira o dever do Estado para com a Educação gratuita para todos, focando exclusivamente nas classes menos favorecidas. Nessa situação, a população que possuir mais recursos, deve colaborar com um baixo valor mensal à instituição.

Decorrendo mais de vinte anos da Constituição de 1937, com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/61), o Estado assume o compromisso com o ensino primário de todos os brasileiros, e, após 10 anos, com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, o ensino fundamental passa de quatro para oito anos obrigatórios de duração. De acordo com Veronez (2020), a partir desse momento em que a classe trabalhadora entra nas escolas, o “fracasso” escolar se intensifica. Tendo como base o índice de reprovação, estudos apontam que a cada mil crianças que ingressaram na 1ª série no ano de 1963, apenas 449 destas passaram para a 2ª série em 1964. Esse dado é fundamental para compreender a dinâmica da educação em nosso país e, principalmente, para decifrar as narrativas ideológicas que buscam culpabilizar a própria população pelo seu fracasso escolar.

As crianças que abandonam a escola ainda no ensino primário são aquelas que necessitam trabalhar desde cedo para auxiliar na subsistência de suas famílias. Quando as crianças começam desde o início da vida escolar a contribuir com o

orçamento familiar, faltando às aulas, acabam esquecendo tudo aquilo que aprenderam (PONCE, 2001).

Seguindo de acordo com Veronez (2020), nos anos de 1980 o índice de analfabetismo alcançava 25,41%, enquanto o fracasso escolar atingia 19,9% da população estudante do ensino fundamental. Brandão (1981) em seu livro “O que é a Educação”, discorre que o Estado é o responsável por controlar e centralizar a educação, determinando que o conhecimento não contemple a toda população, permanecendo desta maneira a desigualdade como elemento estrutural de nosso país. Além disso, o autor indaga os motivos pelos quais se continua a defender a educação. Como resposta o mesmo cita que ela é inevitável, e que, se por um lado ela serve para reprodução da desigualdade e opressão, por outro ponto de vista, pode ser o motivo pelo qual se atinja a liberdade, bem como a igualdade entre a população (BRANDÃO, 1981).

No que se refere a CF de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, esta é a mais detalhada no quesito educação. Sendo organizada em 10 artigos, partindo do Art. 205 ao Art. 214, aborda todos os níveis e modalidades da educação. A Constituição de 1988 possui como pressuposto a incorporação da população que se encontra excluída do direito à educação. Para tanto, expõe no seu Art 206 a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Outras conquistas asseguradas são: a educação como direito público subjetivo (art. 208, § 1º) [...] o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria (art. 208, I). A noção de educação como direito, que começa a se materializar na Constituição de 1934 (art. 149) e é reafirmada em 1946 e 1967, é reeditada de forma ampla através da afirmação de que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205). [...] o "atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (art. 208, VII). [...] A vinculação de recursos para a educação recebeu tratamento prioritário, sendo estabelecido que a União aplicaria "anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino" (art. 212). cabe ainda mencionar a previsão de lei para estabelecer o plano nacional de educação (art. 214), assim como a concentração de esforços do Poder Público na eliminação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental (ADCT, art. 60). (VIEIRA, 2007, P. 304 - 305 - 306).

Passando-se cinco anos da Constituição Cidadã, é elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003), com o objetivo de cumprir as

determinações feitas na Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien. Este Plano possui 7 objetivos gerais:

1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a participação na vida econômica, social, política e cultural do país, especialmente as necessidades do mundo do trabalho;
2. Universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;
3. Ampliar os meios e o alcance da educação básica;
4. Favorecer um ambiente adequado à aprendizagem;
5. Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso;
6. Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação;
7. Estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional. (BRASIL, 1993).

A educação no Brasil possui garantia em documentos os quais dispõem de caráter internacional, assinados por países que fazem parte da Organização das Nações Unidas, como o art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948; bem como a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, de 1960; e do mesmo modo o art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no ano de 1966 (CURY, 2002).

Refletindo acerca da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que ocorreu no ano de 1990, Torres (2001 apud LIBÂNEO 2012), discorre que a partir das revisões realizadas em conferências e reuniões, passando por variações de cada país, o plano inicial passou por modificações para se adequar à visão focada apenas na economia por parte do Banco Mundial, visto que ele se encontrava como o patrocinador das Conferências mundiais. Sendo assim, a partir de uma análise crítica pode-se inferir que as diretrizes internacionais sobre a educação para todos vem deslocando o debate para a focalização da educação voltada para os mais pobres. Nesse contexto, as necessidades básicas se transformaram em necessidades mínimas e o foco na aprendizagem tornou-se um nível de medir e avaliar os resultados de rendimento escolar. Apesar das críticas, há de considerar a perspectiva contraditória que perpassa os avanços dos direitos sociais e localizar a educação nesse cenário.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB / 1996), a partir de seus decretos, resoluções, portarias e outros atos administrativos do MEC, atua

nas esferas Estaduais e Municipais e organiza os sistemas, modalidades e níveis de ensino. (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2018).

No lastro dos avanços jurídico-normativos da educação brasileira, o Plano Nacional de Educação 2001-2010 (PNE), dispôs dos seguintes objetivos:

a) a elevação global do nível de escolaridade da população; b) a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis; c) a redução das desigualdades sociais e regionais tocante ao acesso à escola pública e à permanência, com sucesso, nela; d) a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2018 p.183).

Os objetivos acima descritos apontam para o reconhecimento das mudanças necessárias no campo educacional no sentido de torná-la efetivamente um direito. Posto isso, a correlação existente entre o direito à educação escolar e a democracia encontram-se dispostos na legislação como um alicerce de garantias, sendo o Estado o principal provedor, seja para assegurar a igualdade de oportunidades, ou para intervir no campo das desigualdades que resultam dos processos de exploração a que a classe trabalhadora encontra-se submetida. (CURY, 2002).

Buscando dar materialidade para a educação no Brasil, a seguir será caracterizada a política da educação a partir de seu marco jurídico normativo.

2.2 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE SEU MARCO JURÍDICO-NORMATIVO – A PARTIR DA DÉCADA DE 90

O antigo Plano Decenal de Educação para Todos (1993), atualmente denominado por Plano Nacional de Educação³ (Lei nº 13.005/2014), prevê em sua

³ O Plano Nacional de Educação está organizado a partir da definição de 20 metas, sendo elas: meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes,

Meta 2 a universalização do ensino fundamental, com duração de nove anos, para toda a população que possua de seis a quatorze anos de idade, além da garantia de que em média 95% dessa população conclua a fase de ensino na idade recomendada. Para que essa meta seja alcançável, o PNE dispõe de 13

escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb. Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. (BRASIL, 2014)

estratégias. Dentre elas, destaca-se a estratégia 2.4 que trata do fortalecimento e acompanhamento de determinada população:

2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. (BRASIL, 2014).

Posteriormente, a meta 5 do PNE prevê a alfabetização de todas as crianças até completarem o terceiro ano do ensino fundamental. A autora Veronez (2020), versando sobre a Meta 5 do PNE (2014-2024), traz a informação acerca do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em uma de suas estratégias, o qual foi elaborado pelo Governo Federal e dispôs da adesão em Santa Catarina, proporcionando a formação aos professores. Após esse momento, o processo escolar foi dividido em dois ciclos, o primeiro sendo o ciclo de alfabetização, com as turmas do 1º ao 3º ano e o segundo ciclo com as turmas do 4º e 5º ano nas escolas da rede pública estadual. Para isso, possui 7 estratégias, sendo as duas primeiras:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças; 5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental. (BRASIL, 2014).

Por conseguinte, a meta 9 é importante de ser mencionada, pois trata da elevação no percentual de alfabetização para 93,5% da população que possui quinze anos ou mais até o ano de 2015. Além disso, indica a necessidade de, até o término de vigência deste Plano, “erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional” (Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014). Para tanto, indica 12 estratégias para a conclusão desta meta, todas voltadas para a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica por diversos motivos. Todas as estratégias são focadas na

população com idade de quinze anos ou mais, citando aqui do item 9.1 a 9.3, que preveem a oferta gratuita da educação, o diagnóstico para a identificação das demandas ativas por vagas, até ações voltadas para a garantia da continuidade desse ensino. Posteriormente, a estratégia 9.10 é pensada em particular para a classe trabalhadora.

9.10) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2014).

No ano de 1997, o Conselho Nacional de Educação deu início a orientações normativas nacionais, objetivando a instituição da Educação Básica e desde então o Conselho edita pareceres e resoluções para cada etapa e modalidade.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 7/2010 é dever das escolas criarem as condições necessárias para que os alunos, sejam eles crianças, adolescentes, jovens ou adultos, cada um com sua especificidade, como origem, etnia, classe social, condições físicas, gênero e outros, disponham da possibilidade de uma formação que seja equivalente à sua idade no percurso escolar, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Ainda na CNE/CEB nº 7/2010, a Resolução CNE/CEB nº 3/2005, mostra que o Ensino Fundamental com a duração de nove anos, possui duas fases, sendo a primeira dela os anos iniciais, com o período de cinco anos, majoritariamente com crianças de seis a dez anos de idade; e a segunda fase com quatro anos de durabilidade, para estudantes de onze a quatorze anos de idade.

Portanto, a partir desses regulamentos a flexibilidade entre séries, módulos, turmas e ciclos, não devem afetar o estudante de maneira negativa, de modo que ao mudar de escola, com outro sistema, o aluno deve frequentar o local em que for compatível com seu desenvolvimento e aprendizagem, denominado de reclassificação.

Por conseguinte, o Parecer nº 04/2008 explicita algumas informações sobre a reorganização da Educação Infantil e também do Ensino Fundamental. Atualmente o terceiro período da pré-escola, passou a ser o primeiro ano do Ensino Fundamental, fazendo parte de um ciclo com três anos de duração, citado como “ciclo da infância”. Visto que, esses três anos são voltados para a alfabetização.

Além disso, os ciclos devem respeitar rigorosamente a faixa etária, considerando que crianças de seis, sete e oito anos possuem diferenças consideráveis de desenvolvimento.

Para compreensão da Educação Básica na atualidade, utiliza-se da Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que no seu primeiro capítulo apresenta as etapas dessa educação em seu artigo 21. A Educação Infantil é formada pela creche, com duração de três anos e onze meses; e também a pré-escola, por um período de dois anos. A segunda etapa refere-se ao Ensino Fundamental, sendo obrigatório e gratuito, abrangendo nove anos e possuindo duas fases: inicialmente cinco anos e posteriormente mais quatro anos. A terceira etapa é constituída pelo Ensino Médio, pelo tempo mínimo de três anos. O artigo 24 versa sobre os objetivos acerca da formação básica na Educação Infantil e sua continuidade no Ensino Fundamental, esse processo educativo busca:

I - desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos; III - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade; IV - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; V - fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2010, p. 9)

No ano de 2017, a Lei nº 13.415 foi sancionada com base na Medida Provisória nº 746 de 2016. Possuindo como principal função a alteração da Lei 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, Lei 13.415/2017), trouxe a não-obrigatoriedade da Filosofia no Ensino Médio, recomendando que disciplinas como filosofia e sociologia fossem retiradas do currículo obrigatório. Visto que são disciplinas com pensamento crítico, as quais estimulam um pensamento autônomo e uma reflexão social e política, destaca-se o retrocesso que tal medida significa para a formação educacional. Para não retirar as disciplinas totalmente da grade, colocaram-nas como parte das ciências humanas (RIBEIRO, 2018).

Como afirma Ribeiro (2018), essas disciplinas são entendidas pelos políticos como uma má aplicação de capital, que não possui resultados na economia do país. Ademais, a formação de cidadãos com pensamentos críticos representa um instrumento poderoso contra o sistema de exploração vigente em virtude do aluno

se aproximar de leituras de grandes pensadores, construindo questionamentos embasados, sem alienação ou achismos.

Ainda em Ribeiro (2018), cabe destacar que a diluição de conteúdos de filosofia ocorreu também durante o Regime Militar de 1964. Essa disciplina tornou-se optativa e em seu lugar adicionou o ensino da Educação Moral e Cívica e da Organização Social e Política Brasileira (BRASIL. Decreto-Lei 869/1969). Além disso, outra semelhança com o golpe de 1964 é a exaltação do ensino técnico como um método de impulsionar o sistema capitalista.

Mesmo após o final da ditadura no ano de 1985, a disciplina de filosofia não voltou às grades curriculares. A LDB de 1996 permaneceu tendo a filosofia somente como informação básica e não como disciplina obrigatória (BRASIL. Lei 9.394/1996). Foi somente em 2008 que a filosofia e sociologia voltaram a ser disciplinas obrigatórias no ensino médio, a partir da Lei 11.684 (BRASIL. Lei 11.684/2008).

O autor Mészáros (2005) discorre em seu livro sobre a diferença entre explicar e entender. De acordo com ele, entender é a “acumulação de conhecimentos e a compreensão do mundo” (Mészáros, 2005, P. 18). Na explicação ocorre a repetição de um discurso, por outro lado, ao entender ocorre uma desalienação e a possibilidade concreta de compreensão dos fenômenos sociais. Posteriormente, o autor reflete sobre a quantidade dos processos de aprendizagem que transcorrem fora de um sistema de ensino formal, e desse modo, destaca que esse processo não será orientado e influenciado apenas pela estrutura formal-legal.

Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. (MÉSZÁROS, 2005, p. 53)

Desse modo, considerando o objeto de estudo deste trabalho, cabe destacar a importância do marco jurídico-normativo que institui a educação em nosso país, mas, há de se considerar o pressuposto de que a educação perpassa a vida e relações sociais de maneira amplificada. Isso quer dizer que, para além da

educação formal e seus regramentos de conteúdos e metodologias, torna-se necessário considerar as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que permeiam os processos educativos. Com isso, o próximo item pretende apresentar alguns dados que contextualizam o acesso e o desempenho dos (as) estudantes no ensino básico do Brasil no intuito de explicitar essa dinâmica complexa e contraditória que forja a alfabetização no país.

2.3 ACESSO E DESEMPENHO DOS (AS) ESTUDANTES NO ENSINO BÁSICO NO BRASIL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES REFLEXIVAS

Buscando qualificar o conhecimento acerca da realidade social em que vivem os alunos da rede de educação básica, além de contribuir na elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas, para expandir a qualidade e equidade da educação, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), baseado nos questionários dos (as) estudantes do Saeb do ano de 2019, construiu o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse). Existem diferentes maneiras de realizar essa medição⁴, todavia, há três elementos essenciais de um indicador socioeconômico, sendo eles: renda familiar, profissão e nível escolar dos pais BRASIL (2021).

O questionário em pauta, foi aplicado para estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental e, 3ª e 4ª série do ensino médio em todas as escolas públicas que atuam em zonas urbanas e rurais do Brasil, contendo no mínimo dez alunos matriculados na série analisada. Compõe ainda mostra da pesquisa estudantes cursando essas mesmas séries, mas desta vez em escolas particulares, sendo elas distribuídas em 27 unidades da federação.

Baseando-se nos resultados, a mediana e média⁵ do Inse dos alunos matriculados nas escolas privadas é maior aos dos (as) estudantes de escolas públicas. Além disso, observa-se que as federais dispõem de medidas superiores

⁴ A publicação que apresenta os resultados da pesquisa problematiza sobre o desafio da coleta dessas informações, em especial da ocupação dos pais e renda familiar, além de necessitar da precisão nas respostas, ocorrem respostas em branco e a privacidade. (BRASIL, 2021).

⁵ A média é encontrada a partir da soma calculada dos valores de um conjunto de dados e dividida pela quantidade de elementos deste conjunto. A mediana retrata o valor central de uma coleta de dados, colocando esses valores em ordem crescente ou decrescente.

às escolas estaduais e municipais. Outro ponto a se discutir são as medianas e médias do Inse de alunos das regiões Sul e Sudeste, que são maiores em relação às medidas dos (as) estudantes localizados nas regiões Norte e Nordeste. Bem como os estudantes da área rural possuem Inse menor em relação aos estudantes da área urbana; e estudantes matriculados no turno noturno possuem médias e medianas inferiores aos alunos no turno diurno. Esses dados corroboram com as análises que explicam as desigualdades regionais existentes em nosso país, bem como a discrepância existente na qualidade da educação entre as diferentes instituições de ensino.

Em BRASIL (2022), ao analisar a distorção entre idade e série nas matrículas, percebe-se um aumento a partir do 2º ano do ensino fundamental até chegar ao 8º ano e, posteriormente, da 1ª à 2ª série do ensino médio. Esta alteração alcança 21,0% da matrícula nas séries referidas no ensino fundamental e 25,3% das matrículas do ensino médio. Focalizando na zona rural, 98,9% dessas matrículas são realizadas nas redes de ensino públicas, e o número de matrículas é maior nos anos iniciais, com 14,2% do que nos anos finais 11,8%.

Referente a cor/raça, os alunos reconhecidos como pretos/pardos são a maioria na educação de jovens e adultos, tanto no ensino fundamental, quanto no médio. Quanto ao EJA fundamental, representam 76,7%, já no EJA médio fazem parte de 69,1% dos alunos com cor/raça declarada.

Enquanto o Inse realiza pesquisa acerca do nível socioeconômico de crianças e adolescentes da educação básica, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é um estudo sobre o desempenho dos (as) estudantes das fases finais. O público alvo participante do Pisa, BRASIL (2020), são estudantes a partir de 15 anos e 3 meses, até 16 anos e 2 meses e, contendo 6 anos de escolaridade. Matriculados em quaisquer instituições, sendo pública, privada, parcial ou integral, programas acadêmicos ou profissionais. Essa idade é considerada para que o Pisa avalie os conhecimentos e habilidades dos (as) estudantes nascidos no mesmo ano, apesar de suas vivências únicas.

Conforme é apresentado no relatório uma variável que tem lugar significativo para o desempenho dos (as) estudantes é o contexto socioeconômico familiar⁶.

⁶ No Pisa, a variável que representa o índice do status econômico, social e cultural (ESCS) é uma medida composta, construída com base em um tripé: nível educacional dos pais, nível ocupacional dos

Aqueles em que os pais dispõem menor nível de escolaridade e renda, bem como estão sem emprego atual, ou ocupam cargos de baixo prestígio, possuem uma maior predisposição a desenvolver piores resultados educacionais.

No estudo, pode-se observar o índice do status econômico, social e cultural (ESCS) e a diferença aparente nos testes cognitivos de leitura. Os maiores resultados de leitura foram dos (as) estudantes com uma melhor condição socioeconômica. Outra comparação é feita, desta vez, por regiões geográficas e tipos de escola. Salientando a dessemelhança no índice ESCS dos adolescentes com 15 anos de idade.

As regiões Centro-Oeste (- 0,79), Sul (- 0,95) e Sudeste (- 0,93) apresentam os maiores indicadores e não são observadas diferenças estatisticamente significativas em seus índices ESCS. Porém, os resultados dessas três regiões são significativamente superiores aos resultados encontrados no Nordeste (- 1,50). Nordeste e Norte (- 1,20) não apresentam resultados estatisticamente significativos entre os seus índices. (BRASIL, 2020, p. 166).

Essa análise realizada em desempenhos cognitivos e condições socioeconômicas é chamada de gradiente socioeconômico, eles são um meio para definir as equidades e levar um direcionamento para a política educacional. A igualdade na educação é foco central no Pisa, compreendendo que desde a escola, as oportunidades educacionais são um grande fator para as oportunidades na vida de cada estudante. De acordo com BRASIL (2020)

Quanto mais íngreme o gradiente, maior o impacto do nível socioeconômico no desempenho escolar (maior desigualdade), enquanto gradientes mais planos indicam um baixo impacto do nível socioeconômico (menor desigualdade) (BRASIL, 2020, p. 171).

De acordo com Araújo e Luzio (2005), a partir da avaliação do Saeb, verifica-se que grande parte dos (as) estudantes brasileiros na educação básica não estão aprendendo o mínimo necessário de acordo com os currículos estaduais, bem como os parâmetros do MEC. Como visto anteriormente, as comparações e diferenças encontradas entre as regiões do Brasil, ilustram as desigualdades sociais e econômicas do país que adentram no setor educacional. Esse cenário

país e um índice de bens domésticos, recursos educacionais e culturais presentes no domicílio. É escalada para ter média 0 e desvio-padrão próximo de 1 para os países membros da OCDE. (BRASIL, 2020, p. 165).

revela àqueles que formulam as políticas públicas, a importância de políticas específicas para que essa disparidade seja minimizada.

Araújo e Luzio (2005) reforçam a ideia de que para reduzir a distância que divide as camadas sociais, é de suma importância a melhoria nos indicadores sociais. É comprovado por diversas pesquisas que uma repartição mal realizada com os ativos da educação é o causador de cerca de 40% das desigualdades no Brasil. Não somente é preciso que crianças e adolescentes ingressem nas escolas, é fundamental que continuem frequentando e conquistem conhecimentos e habilidades necessárias para inserção no mundo do trabalho.

Importa reiterar a análise a partir da categoria da questão social. A baixa qualidade da educação em nosso país e os níveis alarmantes de desigualdade explicitam a reprodução de uma estrutura social que vem, historicamente, negando direitos a sua população. Considerando o histórico da política de educação em nosso país, é possível apreender que o Estado não tem concretizado seu dever no que diz respeito à garantia dos direitos sociais e, nesse quadro, inclui-se a educação. Agrava essa situação, a adesão crescente às orientações internacionais produzidas pelas grandes agências multilaterais que não consideram as particularidades brasileiras e elaboram recomendações genéricas pautadas nos interesses de expansão mercadológica.

Sobre a compreensão da educação de forma mais ampliada, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica reuniu e analisou informações com professores, diretores e alunos para saber como se caracteriza uma boa escola, a conclusão foi separá-lo em dois eixos centrais:

O primeiro diz respeito às condições de vida dos alunos, de suas famílias e de seu contexto social, cultural e econômico. Os fatores extra-escolares dependem de macropolíticas que interfiram nas condições das famílias e no combate à exclusão social; estariam, *stricto sensu*, fora do âmbito de uma política educacional, muito embora possa haver políticas de combate à pobreza associadas à Educação, tal como o Programa Bolsa Família. (ARAÚJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo, 2005, p. 60-61).

Em uma pesquisa acerca dos fatores relacionados ao aprendizado, o Saeb explicita dados que dimensionam a ligação entre boas práticas e sucesso escolar. Alunos que iniciam os estudos na pré escola, e com isso iniciam a alfabetização anteriormente ao ensino fundamental, são responsáveis por médias mais elevadas

de habilidades na avaliação, confirmando desse modo uma visão positiva sobre a influência da pré escola para as crianças e seu desenvolvimento no ensino. Os estudantes que frequentaram a pré escola atingiram a média de 171 pontos⁷ na avaliação em leitura, os demais, atingiram 151 pontos. (ARAÚJO; LUZIO, 2005).

Ainda nessa pesquisa, o Saeb observou que alunos que nunca reprovaram ou evadiram da escola, possuíam médias de proficiência maiores. Os estudantes que nunca foram reprovados, alcançaram média de 180 pontos, em contraponto, aqueles que reprovaram somente uma vez possuíam 146 pontos de média de proveito. Enquanto os alunos que abandonaram a escola somente uma vez a média chegou a 149 pontos, aqueles que nunca abandonaram a escola, possuíam 172 pontos no Saeb. Esses resultados possuem diferenças ainda maiores quando a reprovação ou abandono acontece mais de uma vez.

O cenário descrito acima revela elementos importantes que contribuem para identificar alguns condicionantes que incidem no processo de alfabetização das crianças e adolescentes. Questões vinculadas à desigualdade regional, à organização familiar, ao acesso ao mundo do trabalho e acesso aos direitos são fatores importantes que atuam de forma negativa na qualidade da educação. Desse modo, o próximo item pretende apresentar a pesquisa exploratória realizada em algumas bases de dados buscando localizar referenciais teóricos que versam sobre o tema.

3 ESTADO DA ARTE: PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO, ANALFABETISMO, EVASÃO ESCOLAR E SERVIÇO SOCIAL INSERIDO NA EDUCAÇÃO

Refletir acerca da educação e a atuação do Assistente Social inserido na educação, como visto no capítulo anterior, demandou uma pesquisa minuciosa em periódicos do Serviço Social sobre o tema mencionado.

A proposta realizada para este capítulo é denominada como estado da arte e dispõe de caráter bibliográfico. Para Ferreira (2002), esse tipo de pesquisa é

⁷ As pontuações do Saeb consideram o aprendizado adequado ao atingir 200 pontos no 5º ano, 275 pontos no 9º ano e 300 pontos no Ensino Médio.

deliberado como de cunho bibliográfico, e caracterizada por realizar uma metodologia que detém como aspecto listar e descrever as produções acadêmicas e científicas acerca do tema que procura pesquisar a partir de um levantamento e avaliação do conhecimento. Sendo possível observar as produções de forma quanti-qualitativa.

Para realizar o estado da arte, foi preciso mapear e identificar na produção teórica em Serviço Social os temas: educação, analfabetismo e evasão escolar. A pesquisa compôs-se da produção de conhecimento em publicações de periódicos. Para dar início a pesquisa, realizou-se uma busca nas bases de dados, por meio do portal online da CAPES, a partir da plataforma SUCUPIRA, possibilitando a avaliação dos Periódicos de Serviço Social que possuem como avaliação Qualis A1 e A2⁸ no ano de 2023.

3.1 EXPOSIÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

O presente item pretende apresentar o percurso de pesquisa empreendido para o alcance dos objetivos delineados para o estudo. Conforme indicado na introdução, a autora realizou um levantamento bibliográfico em Periódicos da área do Serviço Social que tinham classificação da CAPES A1 e A2⁹. Como palavras-chave foram utilizados os termos “educação”, “analfabetismo” e “evasão escolar”. A definição das palavras-chave foi resultado do levantamento bibliográfico realizado de forma preliminar durante a qualificação do projeto de pesquisa. O lapso temporal foi a partir de 2001, observando que nesse mesmo ano ocorreu a composição do Grupo de Estudos acerca do Serviço Social na educação, com a intermediação do CFESS, o qual elaborou o subsídio “Serviço Social na Educação” e intensificou os estudos e as reflexões sobre a relação mantida entre a profissão e a política da educação (CFESS, 2011, p.5). Ainda como critério de elegibilidade

⁸ A classificação é realizada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação seguindo critérios previamente definidos pela área de aprovados pelo CTC-ES, que procuram refletir a importância dos diferentes periódicos para uma determinada área.

⁹ Periódicos com Qualis A1: Argumentum; O Social em questão; Revista de Políticas Públicas; Em Pauta; Revista Katalysis; Serviço Social & Sociedade. Periódicos com Qualis A2: Germinal: Marxismo e educação em debate; Ser Social; Serviço Social em Revista; Temporalis.

das produções foram selecionadas apenas publicações em língua portuguesa e na modalidade de artigo científico.

Como primeiros resultados, considerando a palavra-chave “educação” chegaram-se ao montante de 1.013 publicações; com a palavra-chave “analfabetismo” obteve-se 4 publicações e; com “questão social” encontrou-se 5 publicações. Na sequência, a pesquisadora realizou a leitura do título, resumo e palavras-chave de cada artigo buscando apreender quais artigos tinham relação com os objetivos da pesquisa e excluir aqueles que não tinham aproximação com a temática estudada. Como resultado, chegou-se ao quantitativo de 19 artigos¹⁰. O quadro 1 apresenta a síntese quantitativa da etapa de levantamento bibliográfico nos periódicos selecionados.

Quadros 1 - Levantamento bibliográficos periódicos área do Serviço Social Qualis A1 e A2 no ano de 2023

Palavra-chave	Periódicos	Resultados	Textos selecionados
Educação	Serviço Social e Sociedade	29	3
	Argumentum	115	0
	Em pauta	58	0
	O Social em Questão	15	1
	Revista de Políticas Públicas	72	1
	Katálisis	138	1
	Germinal - Marxismo e educação em debate	500	10
	Revista Ser Social	12	1 ¹¹
	Serviço Social em Revista	76	1 ¹²
	Serviço Social e Sociedade	0	

¹⁰Os artigos excluídos, apesar de conter alguma palavra-chave pesquisada, versavam sobre temas abrangentes no campo da educação. Considerando que o objetivo da presente pesquisa trata de compreender a história da educação, bem como, o analfabetismo e a evasão escolar como expressões da questão social, fez-se a exclusão dos mesmos.

¹¹ Esse artigo também foi listado na categoria evasão escolar, pois apareceu em ambos os filtros.

¹² Esse artigo também foi listado na categoria evasão escolar, pois apareceu em ambos os filtros.

Analfabetismo	Argumentum	0	
	Em Pauta	0	
	O Social em Questão	0	
	Revista de Políticas Públicas	0	
	Katálysis	0	
	Germinal - Marxismo e educação em debate	3	0
	Revista Ser Social	0	
	Serviço Social em Revista	1	0
Evasão Escolar	Serviço Social e Sociedade	0	
	Argumentum	0	
	Em Pauta	0	
	O Social em Questão	2	1
	Revista de Políticas Públicas	0	
	Katálysis	0	
	Germinal - Marxismo e educação em debate	0	
	Revista Ser Social	1	1
Serviço Social em Revista	2	1	

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Após essa etapa, a autora elaborou um instrumento para organização dos dados em tabela de excel. Nela foram inseridas as seguintes informações: Qualis, Revista, Ano de publicação, Número da edição, Modalidade do artigo, Nome do autor (a), título, palavras-chave e resumo. Em seguida deu-se início a fase de

análise das informações a partir da leitura integral de todos os 19 artigos¹³. Dessa fase foram excluídos 10 artigos que, apesar de ter aproximação com os objetivos da pesquisa, versavam sobre outras temáticas¹⁴. Desse modo, constituiu o corpus de análise da pesquisa o total de 9 artigos, conforme disposto a seguir no Quadro 2 - Corpus de análise.

Quadro 2- Corpus da análise

TÍTULO	AUTOR (ES)	ANO	CATEGORIA ANALISADA
Dimensões Históricas das Relações entre Educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica.	Marta Von Dentz e Roberto Rafael Dias da Silva	2015	Analfabetismo Serviço social
A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate	Simone Elisa do Carmo Lessa	2013	Educação Analfabetismo Serviço Social

¹³ A síntese do quadro analítico encontra-se no Apêndice A - Identificação de dados dos artigos previamente selecionados.

¹⁴ Os temas discutidos nos artigos tratavam sobre: a educação popular; o ideário de Ginásios Vocacionais, utilizados entre os anos 1961-1970; a análise dos Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014-2024) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007); impactos da consolidação do capitalismo no Século XX nas políticas educacionais e a constituição das organizações financeiras na América Latina e no Brasil; a didática e seu papel na formação de professores; discussão sobre a relação da educação com Estado Regulador e do Mercado Educador e o fortalecimento do mercado enquanto se precariza a educação; abordagem em relação a democratização da educação e necessidade de ajustes fiscais, lembrando a luta dos trabalhadores por direitos no Estado do Paraná; transformação social e escola pública; a categoria práxis como elemento central na relação entre educação e emancipação humana e; a problematização da relação entre sociedade e educação, e questionamentos sobre a reformulação da educação.

A Redução da Evasão Escolar e o Serviço Social: experiências no Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia de São Paulo.	Michelli Aparecida Daros	2015	Evasão escolar Serviço social
A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes no contexto das políticas públicas brasileiras	André Viana Custódio e Rafael Bueno da Rosa Moreira	2015	Educação Evasão escolar Trabalho infantil Desigualdade
Mészáros e seus Contributos para a Educação: algumas reflexões	Sayarah Carol Mesquita dos Santos e Edna Bertoldo	2016	Educação
Educação, trabalho e suas mediações ao longo da história da Humanidade nos diferentes modos de produção da existência	Denize Cristina Kaminski Ferreira	2012	Educação Escola
A Constituição da Educação Escolar Moderna: do viés emancipador à estagnação conservadora.	Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima	2020	Educação Escola Desigualdade Questão social
As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do serviço social	Ranyellen de Souza e Aline Maria Batista Machado	2022	Evasão escolar Serviço social Questão social

A contribuição do serviço social na garantia da permanência dos estudantes na educação básica: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do município de rolândia/pr	Jaqueline Natália de Almeida e Claudia Neves da Silva	2014	Educação Evasão escolar Serviço social Escola
--	---	------	--

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023)

Para a etapa de análise dos dados foi utilizado um roteiro que se encontra no Anexo A. O instrumento contemplava dados de identificação da obra; breve caracterização; palavras-chave pré-definidas; categorias apreendidas a partir da leitura e contribuições da obra para o estudo. O roteiro foi aplicado para cada um dos 9 artigos e resultou no material que subsidiou a construção da análise que será apresentada nos itens a seguir. Importa destacar o aprendizado de pesquisa obtido a partir do desenvolvimento metodológico, visto que a autora deste trabalho ainda não havia exercido atividade de pesquisa em sua formação.

Como principais resultados observou-se que o tema da educação tem sido tratado pela área do Serviço Social de forma significativa, visto o número inicial de referências localizadas. No entanto, considerando o recorte da presente pesquisa que referia a alfabetização como expressão da questão social, observou-se um número diminuto de produções. Essa constatação sinaliza a relevância do presente estudo, bem como a necessidade de dar continuidade em estudos que partam do objeto de pesquisa e intervenção profissional para pensar o fenômeno da escolarização.

Em diálogo com o referencial teórico apresentado no item 2 deste TCC e, vinculado a concepção crítica de educação, cabe problematizar sobre a necessidade de avançar nas reflexões que partam da questão social para pensar a educação, visto que se trata de um direito social e, portanto, diz respeito a reprodução das relações sociais e da atuação do estado diante das reivindicações e necessidades da classe trabalhadora.

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da

contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação. (CFESS, 2013, p.16).

Parte-se do pressuposto de que a educação é fundamental para a formação crítica dos sujeitos e, portanto, a direção sociopolítica impressa na política social é objeto de disputa, principalmente, considerando o campo fecundo para a luta de classes em que se constitui. Nesse contexto, a inserção do Serviço Social, seja na pesquisa, produção de conhecimento, atuação direta, faz-se fundamental no sentido de contribuir para o direcionamento da educação alinhado aos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

No próximo subitem serão analisadas as categorias que emergiram do processo de análise das produções do Serviço Social e se constituem como determinantes para o processo de alfabetização de crianças e adolescentes.

3.2 A EDUCAÇÃO OBSERVADA COMO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES HISTÓRICAS

Dentre os artigos escolhidos para subsidiar a presente pesquisa, 6 artigos versavam sobre o tema da educação. A partir das leituras realizadas depreende-se que os autores selecionados compreendem, de forma geral, a educação como uma estratégia para a emancipação humana, uma maneira de enfrentar as desigualdades e como um direito universal. Entretanto, é unânime a compreensão de que é preciso muitos avanços no sentido de alçar a condição de direito, estando a qualidade da educação ligada a condição de classe do estudante.

Observando a educação e o conhecimento como bens, vê-se que esses não são acessíveis para todos que deles necessitam. Seu acesso e qualidade estão ligados a condição de classe do estudante, ou seja, quanto mais frágeis suas condições de vida e trabalho, ainda piores serão as oportunidades de

aprendizagem. “A educação é uma relação social e, como tal, em uma sociedade capitalista, precisa ser entendida como resultado de tensões de classe e dos elementos que lhes são decorrentes.” Lessa (2013, p. 110). Portanto, educar é um ato político que se materializa a partir de uma política pública.

Desde a divisão social do trabalho é factível observar a diferenciação da oferta da educação, considerando a dimensão de classe social. A partir desse momento o trabalho manual foi destinado a determinada população, enquanto o conhecimento ficou mantido com outra parcela, tida como os “organizadores”, que não dividiam seus conhecimentos, para que assim ficassem assegurados nas suas funções enquanto um grupo dirigente. Os futuros dirigentes aprendiam acerca da arte das palavras, as informações sobre fenômenos naturais e as normas de convivência. Enquanto os trabalhadores aprendiam sobre suas funções laborais. Dessa maneira foi permanecendo a estrutura desigual. (FERREIRA, 2012).

No início da idade moderna a educação passou a ser vista como uma maneira de emancipar a população, como uma liberdade para aqueles que mais necessitam dela, ocorrendo uma transformação social. Com isso a burguesia e seus intelectuais debateram sobre as consequências desse tipo de educação dada ao povo, e como consequência a educação tornou-se restrita, somente com o necessário, focando no trabalho e ação. (LIMA, 2020).

Somente a melhoria dos patamares educacionais é um discurso que resume uma realidade que não será transformada apenas a partir do acesso à escola, uma vez que ações simplistas, sem continuidade, focalizadas, sem redistribuição, são políticas sociais frágeis que possuem pouca efetividade (CAMPOS, 2003 apud LESSA, 2013). Lessa (2013) cita que a escola é um local em que ocorrem muitos conflitos de classe, e a questão social aparece de diversas maneiras, mesmo assim, a instituição não realizará atuações para o combate da desigualdade, todavia, sua atuação se dá na atenção à pobreza e acomodação dessa classe. Portanto, ao subsidiar diversas demandas que aparecem, sem ter definido de forma explícita e consolidada a direção sócio-política defendida, a educação tem seu ensino precarizado, formando analfabetos funcionais.

Ainda segundo a mesma autora, o ensino se torna mais acessível para a população mais pobre a partir de programas de transferência de renda e contraturno escolar, entretanto, sem dispor de grandes exigências, com qualidade

duvidosa, sucateada e formação diminuída. É imprescindível reafirmar a importância que a escola possui e quão indispensável esta pode ser na formação de uma sociedade democrática, que valoriza o conhecimento, a ciência e se empenha no combate à desigualdade social.

Custódio e Moreira (2015), dialogam em seu artigo que a educação no Brasil é considerada como um direito fundamental, devendo ser integral, universal e, necessita de diversas políticas públicas para sua consolidação, com objetivo de promover a equidade e a igualdade de oportunidades, além do respeito às diferenças. Outro ponto é que a educação surge como uma possibilidade para o enfrentamento das desigualdades históricas do país e a exclusão social. Como resultado se torna um meio para a erradicação da pobreza, garantindo a cidadania.

No que se refere a porcentagem de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que tiveram acesso a educação no Brasil, os índices vêm crescendo ao longo dos anos. Em 2001 o índice era de 86,9%, passando para 90,4% em 2007 e atingindo em 2011 o total de 92%. Apesar do aumento significativo, no ano de 2010, aproximadamente quatro milhões de crianças e adolescentes não tiveram acesso à educação. (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2015).

Santos e Bertoldo (2016), defendem a educação como um instrumento para a formação social, que pode contribuir para modificações radicais na sociedade, possibilitando uma consciência libertadora dos homens da sua posição de exploração e não entender a educação como uma mera transferência de conhecimento para a população. O cidadão pertencente da classe explorada possui uma formação voltada às necessidades do mercado, a partir da venda da sua força de trabalho, principalmente, do trabalho braçal. Em contrapartida, aqueles advindos das classes dominantes têm uma maior formação intelectual, no intuito de que esses sejam os futuros líderes do poder e da sociedade.

No campo da luta de classes, a educação é vista como palco estratégico para as disputas entre diferentes classes sociais e grupos com interesses que se diferem. De acordo com Almeida e Silva (2014):

de um lado há os que querem impor e manter o consenso e a harmonia social por meio de uma educação passiva, que reproduz valores e ideias dos grupos dominantes, e por outro há os que buscam a formação de saberes e práticas que provoquem rupturas na produção e reprodução das condições materiais e culturais de existência, estabelecendo, desta forma, relações que se

pautam na igualdade de condições entre os “desiguais”. (ALMEIDA; SILVA, 2014. p. 49 e 50).

A diferença na educação da classe trabalhadora e da burguesia ocorre desde os seus primórdios, quando os detentores da riqueza aprendiam sobre fenômenos, enquanto o proletariado detinha dos conhecimentos acerca do trabalho manual, enquanto o executava. Como mencionado acima por tantos autores, a educação é uma maneira de diminuir as desigualdades existentes no país, entretanto, além da garantia do seu acesso por toda a população, é necessário o investimento em profissionais capacitados para o atendimento das demandas individuais de cada estudante, com apoio das redes para realização de encaminhamentos; estrutura escolar digna; disciplinas que abordam múltiplos saberes, com parâmetro educacional independentemente da classe social dos (as) estudantes.

3.3 O ANALFABETISMO LIGADO A FALTA DE ACESSO E PERMANÊNCIAS NAS ESCOLAS

O analfabetismo é um tema fundamental para refletir sobre a alfabetização, visto que se constitui como resultado da não efetividade do direito à educação. Na análise dos periódicos foram identificados 3 artigos que versavam sobre o tema. Os autores, de modo geral, partem dos dados para demonstrar a quantidade de pessoas não alfabetizadas desde os anos de 1800, compreendendo que houve uma diminuição no índice de analfabetos e, ainda assim, o número continuou preocupante, principalmente ao considerar a concentração de renda que dispõe o Brasil.

Sobre a série histórica de índices ruins sobre a alfabetização, Dentz; Silva (2015) explicitam que, desde meados de 1800, o analfabetismo já era uma questão que chamava atenção, sendo que em 1872 somente 16% da população era alfabetizada. Os autores apontam ainda que, mesmo com o passar das décadas, a situação não mudou, visto que entre os anos de 1900 a 1920 o analfabetismo no Brasil atingia 75% da população com mais de quinze anos de idade. A partir desses dados a preocupação da sociedade civil com o tema aumentou e foram iniciadas campanhas nas escolas em prol do combate ao analfabetismo. (DENTZ E SILVA, 2015).

Os mesmos autores explicitam a dificuldade para diminuir o analfabetismo, como a falta de democratização da educação e do acesso à escola. Chegando em 1983, a população brasileira alcançava um número próximo a 130 milhões, enquanto os analfabetos e semi letrados eram mais de 60 milhões de pessoas. (GHIRALDELLI, 2019 apud DENTZ; SILVA, 2015).

Os autores realizam considerações sobre a relevância dos movimentos em prol da qualificação da educação e que resultaram na aprovação de legislações que tornaram a educação como direito e dever do Estado. Desse modo, são constatados avanços importantes no decréscimo do número de pessoas não alfabetizadas no Brasil, mas ainda longe do esperado para uma educação democrática e de qualidade. Em 2011 o Censo apontou que a porcentagem de analfabetos no Brasil com mais de 15 anos era de 13,9 milhões, o que na época representava cerca de 10% de toda a população, considerando que o país dispõe de grande concentração de renda e poder. (LESSA, 2013). Com a diferença de quase 30 anos, a taxa de analfabetismo diminuiu drasticamente, mas, considerando que ainda assim 10% da população é um número exorbitante, mostrando a falta de acesso ou permanência nas unidades educacionais.

Em relação a população de 10 a 14 anos de idade, a porcentagem atingiu 9,9% de analfabetos em 1995, passando para 3,8% em 2004 e alcançando 1,9% em 2011. Ainda em análise a série histórica observa-se a ocorrência de uma lenta diminuição do índice a partir de 2002. Buscando explicar esse cenário, Custódio e Moreira (2015), apontam que a pobreza não deve ser compreendida somente como uma população de baixa renda, mas entender os outros fatores que esta acarreta, como o desemprego, falta de acesso à saúde e à educação, aumento no índice de mortalidade e outros que como consequência ocasiona a subnutrição, mortalidade prematura e o analfabetismo.

Compreende-se que o analfabetismo está inteiramente ligado à falta de acesso e/ou permanência da educação pela população com baixa renda, que são as que mais sofrem com as expressões da questão social, e, por isso, existe uma grande dificuldade em diminuir consideravelmente essas taxas. Como mostram os índices, a população acima de 15 anos são os maiores afetados pelo analfabetismo. Dentre esse público, destacam-se os jovens negros e pardos, explicitando a reprodução de uma estrutura social racista e desigual.

Desse modo, conclui-se que o analfabetismo se constitui como uma expressão da questão social por afetar principalmente a população de baixa renda, a partir da dificuldade de acessar e permanecer nas instituições escolares. Como afirma Souza e Machado (2022), a “questão social” foi se construindo no Brasil e uma das suas expressões como reflexo da realidade foi “o aumento nas taxas de analfabetismo e ignorância” (p. 471).

3.4 A EVASÃO ESCOLAR COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

O presente item trata da evasão escolar a partir das discussões produzidas em 4 artigos selecionados. Os autores compreendem os impactos que a desigualdade social causa sobre a evasão escolar, por meio de exemplos concretos que explicitam os motivos que levam os alunos a não concluírem sua formação e como a evasão é considerada uma das mais relevantes expressões da questão social.

Para Daros (2015) “a evasão escolar é o abandono seguido da não conclusão de um curso” (p.352). O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) dispõe em seus objetivos sobre a diminuição da evasão escolar, considerando a democratização para condição de permanência do estudante, e diminuição dos impactos que a desigualdade social traz para os jovens permanecerem na educação. Esta pode ser considerada uma possível ameaça para a concretização do direito à educação, para isso, se torna primordial entender quais os motivos que estimulam esta interrupção de ciclo e assim, auxiliar nas estratégias de enfrentamento. Em sua maioria, os Assistentes Sociais interpretam a evasão escolar como a desistência por parte dos (as) estudantes, do curso que estão inseridos.

Os autores Custódio e Moreira (2015), dissertam sobre as porcentagens relacionadas à evasão escolar nas primeiras séries do ensino fundamental. As taxas de evasão diminuíram significativamente, passando de 9,9% no ano de 1996, alcançando os 4,8% em 2005 e finalmente chegando em 1,4% no ano de 2012. Em contrapartida, as últimas séries do ensino fundamental em 1996 alcançaram 11,7%, passando em 2003 para 9,5% e chegando no ano de 2002 em 4,1% nas taxas de abandono.

Os mesmos autores afirmam que existe uma relação entre a pobreza e a falta de acesso ou frequência à educação por parte de crianças e adolescentes, de modo especial à creche, pré-escola e ensino médio. Nos dois primeiros a dificuldade que cerca essa falta de frequência ocorre pelo baixo número de instituições de ensino que ofertam esse tipo de educação. Enquanto no ensino médio, os alunos aumentam as buscas por empregos para auxiliar no sustento da casa de famílias oriundas de classes mais pobres, entrando, outro agravamento é o trabalho infantil, em alguns casos.

Em uma pesquisa realizada por Souza e Machado (2022), a evasão escolar é apontada como uma das importantes expressões da questão social, relacionadas à escola. Entre elas, cabe mencionar o trabalho infantil, tráfico, violência, desemprego e quebra de rendimento, observando os diversos fatores que podem ocasionar a saída dos alunos das instituições e estimular o aumento da desigualdade social. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017) mostram que o maior número de evasão ocorre no ensino médio, o 1º e 2º ano do ensino médio atingiram um percentual de 12,9% e 12,7%, respectivamente, entre os anos de 2014 e 2015. Seguido pelo 9º ano do ensino fundamental, com uma taxa de 7,7% e o 3º ano do ensino médio com 6,8%.

Estas mesmas autoras analisando que a evasão escolar é uma das demandas para os Assistentes Sociais nas escolas, expõe que as intervenções nesses casos ocorrem a partir de visitas domiciliares, em menor número, para constatar as causas da evasão, assim como realização de ligações telefônicas, notificação da família, com intenção de intervenção junto aos alunos e familiares para o retorno do estudante à instituição, ou em alguns casos, a notificação junto ao Conselho Tutelar e política de assistência social.

As não permanências nas instituições de ensino ocasionam a falta de acesso ao saber científico, bem como a história de sua comunidade, e o diálogo entre outras experiências e saberes. A partir da dificuldade no processo de ensino-aprendizagem ocorre uma desmotivação e falta de interesse para o estudo e participação nas aulas, o que ocasiona uma série de fatores, como a repetência, posteriormente a falta de permanência nas salas de aula, e conseqüentemente a evasão desses espaços. (ALMEIDA; SILVA 2014). De acordo com Ruaro (2012) “a

evasão escolar é um problema que ocorre como efeito da situação socioeconômica e cultural dos educandos” (APUD Almeida; Silva 2014. p. 52), estes ficam em uma situação que precisam abandonar a escola para auxiliar no sustento de suas famílias.

Os fatores que interferem para que os alunos permaneçam na escola são diversos, podendo estar ligados ao contexto social, econômico, cultural e político. Sendo assim, para que seja possível compreender e erradicar a evasão escolar, é indispensável possuir um entendimento das múltiplas situações:

Muitas vezes por terem que trabalhar para ajudar no orçamento do lar, a incompatibilidade no horário para o estudo, o desgaste prematuro no trabalho, não sobrando tempo e ânimo para estudar, a distância da escola de suas casas, ou mesmo a falta de moradia fixa, com constantes mudanças de endereços, uma escola não atrativa, autoritária, professores despreparados, ausência de motivação, sem propostas pedagógicas, aluno indisciplinado, com problema de saúde, gravidez precoce, uso de violência doméstica, negligência dos pais ou responsáveis, uso indevido de drogas, desestrutura familiar, baixo poder aquisitivo para aquisição de materiais escolares, exigidos pelas escolas, violência e outras causas oriundas do sistema capitalista e educacional do país (PIANA; CANÔAS, 2007, p. 215 apud ALMEIDA E SILVA, 2014 p.53 e 54).

Outro ponto importante a ser mencionado é o entendimento de diretores, gestores e mídia em relação à evasão escolar, quando ocorrem situações específicas das quais o poder público ou a família vivem, em especial o desemprego, a violência doméstica e a dependência química. Apontar possíveis culpados evita perguntas sobre uma educação que desconsidera as demandas de discentes, docentes, familiares e comunidade. (ALMEIDA; SILVA, 2014).

A partir dos artigos citados é possível confirmar que a evasão escolar está ligada às expressões da questão social e atinge em sua maioria um público específico, a classe trabalhadora mais empobrecida, que sofre desde cedo com as desigualdades, nesse caso, no acesso ou permanência na educação. Além da pesquisa do INEP de 2017, citada por Souza e Machado, torna-se possível compreender que a evasão ocorre em sua maioria quando os alunos chegam à fase da adolescência e se sentem no dever de trabalhar para ajudar no sustento da casa, ou no seu próprio sustento, além de outras situações mais recorrentes na juventude, como gravidez precoce e acesso à drogas.

A permanência dos (as) estudantes nas instituições escolares garante o acesso a conhecimentos científicos, sociológicos e filosóficos, que permitirão o entendimento da sociedade, assim como questionamentos e intervenções que superem os quadros de exclusão, violência de gênero, discriminação e homofobia (ALMEIRA; SILVA, 2014).

É primordial reconhecer as demandas dos (as) estudantes que se encontram nessa condição, para realizar intervenções específicas em cada caso, possibilitando que essa criança e/ou adolescente desfrute da possibilidade ao acesso a uma educação digna e primordial, que poderá significar sua emancipação.

3.5 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

No que diz respeito à categoria Serviço Social na educação, foram localizados 5 artigos que abordaram esse tema. Iniciando com um contexto histórico da profissão, atuação profissional e a necessidade da inserção dos Assistentes Sociais na política da educação. Ademais, os autores abordam a importância que os profissionais possuem no espaço escolar e como ocorre essa atuação.

O Serviço Social como profissão surgiu na sociedade por meio da luta de classes, possuindo de um lado a classe trabalhadora e do outro a capitalista. Constituindo-se assim como uma resposta dada pelo Estado para as expressões da questão social, a qual dá concretude à profissão. Portanto, os Assistentes Sociais trabalham com as mais diversas expressões, construindo e implementando propostas para o seu enfrentamento. (SOUZA; MACHADO, 2022). No fazer profissional, o Assistente Social atua sobre as diversas facetas que se concretiza a desigualdade social, como a violência, a pobreza, o sofrimento psíquico, o adoecimento, a alienação, a falta de informação e outros (LESSA, 2013).

O aumento na inserção de Assistentes Sociais na área da educação ocorreu após a década de 1990 em consolidação com a maturidade do Projeto Ético Político Profissional (CFESS, 2011 apud DENTZ; SILVA, 2015). É considerado que a entrada dos profissionais na área da educação esteja relacionada com a afinidade dessas políticas educacionais com temas como a proteção social, a vulnerabilidade social, os benefícios assistenciais, a seguridade e outros.

Lessa (2013) destaca que os profissionais que trabalham na educação, possuem grandes desafios, incluindo os Assistentes Sociais, necessitando de uma reflexão sobre o trabalho realizado na política e sobre os usuários e suas condições de vida. A educação é um lugar cercado de tensões e contradições, e a materialização dela está em constante disputa na sociedade.

Existem três dimensões que caracterizam o Serviço Social na educação, sendo eles:

Ações estratégicas para o acesso e a permanência fundadas no direito social à educação; aprimoramento da qualidade da Educação com vista à emancipação humana; e fortalecimento da democracia, entendida como um valor que pode se iniciar no campo educacional, mas que atinge outras esferas da vida social. (CFESS, 2012, apud DAROS, 2015. p.360).

O registro mais antigo acerca da inserção do Serviço Social na área da educação ocorreu no “serviço de assistência ao escolar”. Nesse contexto, o profissional deveria intervir em situações colocadas como discordantes, anormalidade social ou desvio. Atualmente o espaço escolar é observado como um local coletivo, educativo, social e de cidadania. (AMARO, 2017 apud SOUZA; MACHADO, 2022).

Sobre a atuação do estado, os autores apontam para a criação de programas e projetos sociais para o enfrentamento das expressões da questão social dentro das escolas, revelando a ligação da política de educação com outras políticas sociais. Essa situação comprova a necessidade da atuação dos Assistentes Sociais nas escolas, visto que os profissionais se colocam como agentes que contribuem para a viabilização desses direitos, além de lutarem pelo desenvolvimento das circunstâncias de acesso e permanência da população. (SOUZA; MACHADO, 2022).

Na atuação profissional na educação, os Assistentes Sociais devem garantir os direitos dos discentes, familiares e docentes, pois todos esses estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, o profissional precisa ter a compreensão que cada um desses sujeitos dispõe de peculiaridades, perspectivas e especificidades, com seus próprios interesses e objetivos, cabendo ao Assistente Social lidar com tantas questões que estão dentro ou fora dos muros da escola. Para que seja possível uma educação emancipatória, os estudantes devem reconhecer a realidade em que estão inseridos, é preciso que o profissional atue para que a educação escolar seja um espaço de respeito e reconhecimento,

portanto reconhecendo as diferenças culturais, sociais, religiosas, de gênero e étnica. (ALMEIDA; SILVA, 2014).

O Assistente Social atuando nas escolas com uma equipe multidisciplinar, composta por docentes, psicólogos e pedagogos, contribuirá na permanência dos (as) estudantes, bem como na luta contra a evasão escolar, a partir de atendimentos individuais, sendo esses atendimentos realizados somente com os discentes, e/ou com seus respectivos responsáveis; reuniões com a comunidade escolar, a fim de criar maior vínculo entre os conselhos Escola – Comunidade; reuniões com profissionais de sua escola ou de escolas adjacentes, com intuito de discutir situações parecidas; visitas domiciliares aos alunos e suas famílias, intencionando saber mais sobre sua realidade socioeconômica e cultural; e realizar articulação com as redes de serviço da comunidade, com a finalidade de realizar encaminhamentos e conversas sobre as especificidades que surgem dentro das escolas (ALMEIDA; SILVA, 2014)

A Lei 13.935 de 2019 garante a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas, no entanto, considerando os inúmeros impasses políticos e orçamentários, a concretização da Lei ainda demanda um longo caminho. A atuação dos Assistentes Sociais nesse espaço é determinante para a garantia dos direitos fundamentais para as crianças e adolescentes, intervindo diretamente nas expressões da questão social que surgem no âmbito escolar, como a falta de acesso ou permanência dessa população.

3.6 CATEGORIAS DEPREENDIDAS DAS OBRAS

Além das categorias pré-definidas na pesquisa, foram identificadas durante a leitura dos artigos selecionados, 4 artigos que apresentaram novas categorias que contribuem com o debate proposto, sendo eles: a desigualdade, a questão social, o trabalho infantil e a escola.

Uma categoria importante a ser mencionada é a desigualdade. Custódio e Moreira (2015) refletem acerca do papel da globalização na desigualdade e exclusão social, levando em consideração que uma parcela da população não consegue se moldar às suas imposições. Em determinado momento da história as diferenças sociais eram entendidas somente como aptidões que alguns tinham e,

outros não, portanto, as habilidades de cada pessoa não dependiam de uma conjuntura social, mas de capacidades intrínsecas do indivíduo. (LIMA, 2020).

A mesma autora ainda afirma que atualmente o indivíduo é colocado como o problema e o culpado da sua própria situação social, mesmo no que se refere às vivências da questão social, como o uso abusivo de substâncias psicoativas, corrupção e violência. Essas expressões são colocadas como situações separadas do modo de produção e reprodução material da vida. Souza e Machado (2022) explicitam que a expressão “questão social” começou a ser utilizada na Europa após o século XIX, explicando o fenômeno do pauperismo advindo do processo de industrialização e este findou a instauração do capitalismo, nessa conjuntura a pobreza aumentava da mesma maneira que a capacidade de produzir a riqueza. Essas expressões podem ser vistas atualmente a partir das discrepâncias sociais, políticas, econômicas e culturais. As autoras citam ainda algumas maneiras em que essas se expressam:

(a) o processo de mundialização do capital; (b) o aumento do desemprego, do subemprego, do pauperismo e da marginalidade; (c) o crescimento da periferia, da pobreza e da miséria; (d) o incremento no número de menores abandonados; (e) a ampliação dos índices de mortalidade infantil e desamparo; (f) o aumento nas taxas de analfabetismo e ignorância; e (g) a intensificação dos casos sociais de agitação, baderna, violência, caos e subversão. (Souza, Ranyellen de; Machado, Aline Maria Batista. 2022. P 470-471).

Ao realizarem uma pesquisa em escolas do município de João Pessoa, as Assistentes Sociais que atuavam naqueles locais, citaram variadas expressões, que se apareciam ou não nas diferentes escolas, como exemplos:

desemprego, consumo, fragilidade nos rendimentos da família, vínculos informais de trabalho, tráfico, violência, falta de compreensão da função social da escola, problemas de saúde, correlação de forças políticas, falta de capacitação profissional adequada, exclusão social, negação de direitos, evasão, repetência, desistência, ausências/ faltas, relações sociais entre professor e aluno, questões familiares, falta de estrutura escolar, falha na rede de proteção, falsa inclusão, negação de vagas, questão urbana/poluição, falta de habitação/segurança/lazer, situação de rua, fome, negligência/maus-tratos e abandono. (Souza, Ranyellen de; Machado, Aline Maria Batista. 2022. P 472-473).

No que se refere à educação, há um fator que prejudica a sua universalização durante a infância, sendo este, o trabalho infantil. Por conta disso, foram criadas duas Convenções da Organização Internacional do Trabalho, a primeira delas no ano de 1973, a Convenção 138 aborda a idade mínima exigida para aprovação ao emprego, sendo legitimada pelo Brasil no ano de 2022. A segunda, denominada Convenção 182, ocorrida no ano de 1999, que dispõe sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, consolidada pelo Brasil em 2000. Ambas possuem a finalidade de proteger de modo jurídico e internacional o direito das crianças e adolescentes do trabalho infantil e as sequelas que ele acarreta (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2015).

Apesar de atualmente existir uma luta para o acesso à educação de todas as crianças e adolescentes, nos primórdios das escolas, a situação era diferente. De acordo com Saviani (2007, apud FERREIRA, 2012), a palavra “escola”, é derivada do grego, que significa “lugar do ócio”. Sendo assim, é possível compreender que este lugar era destinado a pessoas com tempo livre, ou seja, os proprietários, enquanto isso, os proletários continuavam detendo seu conhecimento durante o próprio trabalho. Esse grupo dominante que não realizava o processo de trabalho, conseqüentemente não possuía esse conhecimento, necessitando de uma formação teórica para apreender essas informações acerca da atividade ontológica realizada pelo homem, acarretando a origem da escola (LIMA, 2020).

A instituição escolar possui uma considerável influência na vida das crianças e dos adolescentes, visto que frequentam esse lugar desde a primeira infância e, quando chegam na fase da adolescência, levam suas expectativas, frustrações, esperanças e anseios para essa instituição que estão familiarizados. Portanto, Almeida e Silva (2014), continuando este debate, afirmam ser possível compreender que esse local seja marcado por situações as quais ocorrem a partir das condições materiais dos (as) estudantes e de suas famílias, se reproduzindo e conflituando durante a rotina dos alunos.

Prosseguindo com reflexões destas autoras, a escola é o espaço ideal para que as crianças e adolescentes compartilhem suas experiências, e aprendam as condições para indagar sua realidade, seja ela econômica, social ou política. Todavia, ao invés disso, se veem em um cenário com falta de professores, salas de aula lotadas, docentes com baixo salário e sem preparação específica para

atender estudantes com múltiplas diferenças, como valores morais, familiares e religiosos, além de condições socioeconômicas que fazem com que o estudante tenha um cotidiano dividido entre escola, trabalho e casa.

4 CONCLUSÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou analisar os determinantes que incidem no processo de alfabetização de crianças e adolescentes, bem como compreender de que maneira o processo de alfabetização na infância e adolescência incide no acirramento das desigualdades sociais; além de refletir acerca da atuação do Serviço Social na Educação.

Buscando atingir os objetivos delineados para a pesquisa, a autora elaborou uma breve recuperação histórica da educação no Brasil, buscando referências que tratassem dos primórdios da sua constituição e suas primeiras menções nas Constituições Federais, bem como, outras legislações importantes. A primeira CF que realmente dedicou um espaço razoável para tratar da educação, ocorreu no ano de 1934, ao definir um valor percentual a ser destinado para a educação, e com as posteriores Cartas Magnas o Estado começa a assumir a responsabilidade pela educação, tornando obrigatória para crianças a partir de 4 anos de idade, indicando o caráter universal e gratuito e garantindo o acesso e permanência.

Entretanto, a partir da revisão bibliográfica e do estado da arte, é possível observar que a não permanência nas instituições escolares é uma questão recorrente, pelos mais diversos motivos, que em sua maioria se relacionam com as expressões da questão social. As referências pesquisadas explicitam que a população mais pobre é a mais afetada pela falta de acesso à educação e, conseqüentemente, contribuindo na indecência das desigualdades sociais. A educação e a desigualdade estão interligadas, as crianças e adolescentes com mais dificuldade para esse acesso são também as que mais dela necessitam.

Nos artigos encontrados, a educação é vista como um meio para a emancipação humana, ou seja, para a diminuição das desigualdades. Para que isso ocorra é necessário que toda população tenha não somente o direito à educação, mas garantias para seu acesso e permanência, tal qual garante a Constituição Federal e legislações subseqüentes. No desenvolvimento deste trabalho são mencionados diversos motivos que levam a evasão escolar e, que precisam ser superados, atendendo individualmente a demanda do estudante que se encontra nessa situação, por motivos como a necessidade de trabalhar para ajudar no orçamento da família, gravidez precoce, mudança de endereço, violência doméstica, problemas de saúde, pobreza e além de outras causas advindas da própria forma desigual e violenta do capitalismo.

Para atuar diretamente com as expressões da questão social, que se mostram de diversas maneiras no âmbito escolar, se torna imprescindível a atuação dos Assistentes Sociais nas escolas, como previsto na Lei 13.935/2019. Esses profissionais viabilizam direitos para os estudantes a partir de programas e projetos criados pelo Estado, o que mostra a ligação da política da educação com as demais políticas sociais. Além de realizarem atendimento direto com os estudantes e seus familiares, podem atuar no âmbito do planejamento, gestão e controle social.

A escola foi um local criado para a burguesia deter seu conhecimento, enquanto a classe trabalhadora permanecia no serviço braçal. É de extrema relevância lutar para que esse fato não torne a se repetir a partir da evasão escolar por parte dos (as) estudantes que se veem na obrigação de ajudar na renda familiar a partir de seu trabalho. As crianças e adolescentes foram reconhecidos como sujeitos de direitos a partir do ECA e devem possuir seus direitos garantidos, em especial, como abordado neste trabalho, o acesso e permanência a uma educação

de qualidade. Salvaguardando essa população de qualquer forma de violação dos seus direitos.

A opção pelo estado da arte surgiu após a dificuldade de encontrar produções que tratassem do objetivo desta monografia. Como resultados da pesquisa, constata-se a insuficiência de produção na área do Serviço Social que partam da questão social e suas expressões, de forma direta, para analisar a educação. Visto que a pesquisa foi realizada em dez periódicos, e, somente nove artigos foram selecionados para subsidiar a pesquisa. Por fim, registra-se que a construção do estado da arte foi o primeiro contato da autora com a experiência de pesquisa, fato que permitiu um importante aprendizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. N. de; SILVA, Claudia Neves da. A contribuição do Serviço Social na garantia da permanência dos estudantes: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do Município de Rolândia/PR. *Serviço Social em Revista, [S. l.]*, v. 17, n. 1, p. 46–65, 2014. DOI: 10.5433/1679-4842.2014v17n1p46. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17277>. Acesso em: 8 maio. 2023.

ARAÚJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo. (2005). *Avaliação da Educação Básica : em busca da qualidade e equidade no Brasil*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

ARENZ, Karl Heinz. (2014). *Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII E XVIII)*

BEUTER, Gabrielli. *Violência Sexual Infantojuvenil e a Atuação Profissional do Assistentes Social: estado da arte no campo da saúde*. orientadora: Profa. Dra Heloísa Teles. 2019. TCC (graduação) - curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que é Educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB No 4/2008. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Conselho nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Saeb 2019: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2019: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasil no Pisa 2018 [recurso eletrônico]. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

CFESS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de educação. DF, 2013.

CURY. Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, pp. 245-262, julho/2002.

CUSTÓDIO, André Viana; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes no contexto das políticas públicas brasileiras. revista brasileira de políticas públicas. V 5, nº 1. p.223-245, 2015.

DAROS, Michelli Aparecida. A redução da evasão escolar e o Serviço Social: experiências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O Social em Questão, Ano XVIII – nº 33. pg 349 – 370. 2015

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015

DIAS, Roberto Barros. História da expulsão dos jesuítas da Capitania de Pernambuco e anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1759: a disputa política e os domínios da educação. 2017. 264f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/25070>

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 258, ago. 2002.

FERREIRA, D. C. K. (2012). EDUCAÇÃO, TRABALHO E SUAS MEDIAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE NOS DIFERENTES MODOS DE PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 3(2), 46–57. <https://doi.org/10.9771/gmed.v3i2.9452>

FRANKLIN, Ruben Maciel. Projetos educacionais para um Brasil-nação: uma reflexão sobre a educação brasileira no processo de transição Império-Primeira República (1850-1930). *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 1, n. 1, p. 86-101, 2017.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. Cortez Editora, 1989.

FREIRE, Paulo. Educação na cidade. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

GADÊLHA, Maria Leudysvania de Sousa Lima; MORAES, Ana Cristina de; RIBEIRO, Luís Távora Furtado. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a Educação Produtivista Atual. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2006.

GOV.BR. O que é a COVID-19? Ministério da Saúde, 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

IAMAMOTO, Marilda V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *Revista Em Pauta*. 2008.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Favelas resistem e propõem desafios para urbanização. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE- Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. Agência de Notícias IBGE, 07 de jun. 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em 08 de jun. 2023.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 de jul. de 1990.

LESSA, Simone Elisa do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. Serviço Social e Sociedade, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000100005>

LIBÂNEO, José Carlos. (2012). O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Scielo. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de, & TOSCHI, Mirza Seabra. (2003). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. (2020). A constituição da educação escolar moderna: do viés emancipador à estagnação conservadora. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 11(3), 260–283. <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i3.33904>

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, maio/ago. 2010. » <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200009>

OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. *Perspectiva*, v.23, n. 2, p. 279-301, jul./dez. 2005.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira - 18. ed - São Paulo: Cortez, 2001.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

RIBEIRO, Jessica. (2018). A não-obrigatoriedade do ensino de Filosofia e a ideologia neoliberal: notas acerca de um retrocesso político e educacional. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*.

SANTOS, Rosângela Bezerra; MARTINS, Paula Andrea; SAWAYA, Ana Lydia. Estado nutricional, condições socioeconômicas, ambientais e de saúde de crianças moradoras em cortiços e favela. *Revista de Nutrição*, [S.L.], v. 21, n. 6, p. 671-681, 11 mar. 2009. Bimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-52732008000600006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 fev. 2022

SANTOS, Sayarah Carol Mesquita dos; BERTOLDO, Edna. Mézáros e seus contributos para a educação: algumas reflexões. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 147-156, jun. 2016.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.

SOUZA, Ranyellen Félix de; MACHADO, Aline Maria Batista. As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social. *Revista Ser Social* v. 25, nº 51, p. 464-489. 2022

VERONEZ, Marisângela Nandi. O processo de alfabetização no ciclo alfabetizador: reflexões sobre a realidade cotidiana em escolas públicas estaduais. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2020.

VIEIRA, Sofia. (2019). A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

APÊNDICE A - IDENTIFICAÇÃO DE DADOS DOS ARTIGOS PREVIAMENTE SELECIONADOS

1. Qualis	1.1 Revista	2 Ano da publicação	2.1 Número da edição	3 Identificação do(s) autore(s)	3.1 Título	3.2 Palavras-chave	3.3 Resumo
A1	Serviço Social e Sociedade	2015	121	Marta Von Dentz e Roberto Rafael Dias da Silva	Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica	Educação; Serviço Social; Proteção Social	Este estudo apresenta um conjunto de referências históricas acerca da relação Educação e Serviço Social, objetivando resgatar interfaces de origem das duas áreas do conhecimento e perceber como foi se estabelecendo a articulação entre a Educação como política pública e sua vinculação ao Serviço Social. Tomamos como materialidade investigativa referenciais teóricos da Educação e do Serviço Social e indicamos que, na constituição histórica das relações entre ambos, ocorrem significativas mudanças de ênfase nas racionalidades políticas e nas formas de intervenção, muito embora o debate sobre as proteções sociais e o combate às desigualdades seja uma constante.
A1	Serviço Social e Sociedade	2013	113	Simone Eliza do Carmo Lessa	A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate	Educação; Crise capitalista; Escola Pública; Serviço Social	Apresentamos discussão sobre a complexa relação entre a educação como política pública e a vinculação do Serviço Social a ela, em especial, sua integração à escola pública, neste momento de crise do capital. Trata-se de um debate relevante e crescente que atrai muita atenção por seu aprofundamento recente e pela ampliação de vagas na área.
A1	Serviço Social e Sociedade	2012	109	Aline Maria Batista Machado	Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica	Educação Popular; Serviço Social Formação Profissional; Mobilização Social	O presente texto tem como objetivo principal retomar o debate acerca da educação popular enquanto temática e, simultaneamente, estratégia de ação relevante para o trabalho e a formação profissional do(a) assistente social, visto que ao mesmo tempo em que parece ter sido submersa do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais, está presente no trabalho de campo desses profissionais, sobretudo porque esse paradigma educativo visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização dos sujeitos sociais.

A1	O Social em Questão			Michelli Aparecida Daros	A redução da evasão escolar e o Serviço Social: experiências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Serviço Social; Educação; Evasão Escolar	O presente trabalho é resultado da pesquisa de mestrado concluída em 2014 na PUC-SP, “O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- IFSP, a evasão escolar e a atuação do Serviço Social: uma experiência em construção (2008-2013)”. Nesse artigo, buscamos, primeiramente, elucidar a questão da evasão escolar - a compreensão do que é a evasão escolar e os motivos de evasão no IFSP, identificados pela pesquisa documental realizada. No segundo momento, a partir de entrevistas semiestruturadas apresentamos as contribuições dos assistentes sociais à redução da evasão escolar. Por fim, elencamos apontamentos sobre as possibilidades de atuação no campo educacional do Serviço Social no enfrentamento da evasão escolar.
A1	O Social em Questão			Valeria Forti e Lorena Forti	Enfim, educar para quê? — reflexões acerca do ensino institucionalizado	Políticas sociais; Questão Social; Educação brasileira; Ginásios vocais; Currículo	Considerando as questões que marcam o atual cenário brasileiro, cujas repercussões incidem de maneira significativa nas políticas sociais e nos direitos dos envolvidos com o âmbito da educação (docentes, discentes, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos etc.), o trabalho visa suscitar reflexões críticas acerca da educação no Brasil, apontando para o que aproxima o ideário dos Ginásios Vocacionais (1961-1970) – experiência educacional (e curricular) brasileira, pouco conhecida e muito singular frente às mudanças curriculares ocorridas no mesmo período e contexto – e o conceito de “conhecimento poderoso”, desenvolvido pelo sociólogo e teórico do currículo Michael Young. A saber: a proposta de que a atividade educativa institucionalizada necessita pautar-se em uma concepção clara de ser humano (consciente e crítico). Pois, uma educação que se institucionalize sem a referência de uma noção equânime de ser humano tende a se subordinar às relações de dominação (poder) nas sociedades e pouco pode fazer além de as endossar.

A1	Revista de Políticas Públicas	2015	V. 5 n. 1	André Viana Custódio, Rafael Bueno da Rosa Moreira	A Garantia do Direito à educação de crianças e adolescentes no contexto das políticas públicas brasileiras	Infância; Educação; Política;	A garantia do direito fundamental à educação de crianças e adolescentes é de extrema importância para enfrentar a exclusão social e efetivar a cidadania. As famílias que, por uma situação de exclusão social, não tem a garantia ao acesso/frequência à escola de suas crianças e adolescentes, possuem uma maior probabilidade de perpetuação do ciclo intergeracional da pobreza. Porém, como o Brasil vem buscando garantir o direito à educação na infância para enfrentar a situação de exclusão social e garantir a cidadania? Neste artigo se buscará analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental utilizando do método analítico, a exploração de crianças e adolescentes, a proteção jurídica para garantir a educação na infância e as políticas públicas que visam efetivar o direito à educação de crianças e adolescentes. Constatou-se que o atual modelo capitalista globalizado contribui para a exploração, dominação e exclusões, afastando crianças e adolescentes da educação e impossibilitando o desenvolvimento de pensamento crítico, o que perpetua o modelo dominante. A efetivação do direito a educação durante a infância, através de políticas públicas articuladas, tem por finalidade enfrentar os obstáculos à sua universalização, garantindo a inclusão social e os direitos de cidadania, sendo uma importante ferramenta para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza.
A1	Revista Katálisis	2019	V. 22. n.3	Jaime Hillesheim e Adir Valdemar Garcia	Educação e trabalho no Brasil: a perspectiva defendida pelo capital para a formação dos trabalhadores	Educação; Trabalho; Plano Nacional de Educação; Plano de Desenvolvimento da Educação	O artigo constitui uma análise, com base na teoria social crítica, do conteúdo apresentado nos Planos Nacionais de Educação(2001-2010 e 2014-2024) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), referente à relação entre educação e trabalho. A partir dapesquisa documental intentou-se identificar as perspectivas políticas que demarcam esta relação, num contexto de crise do capitalismo e de regressão de direitos em todo o mundo e, particularmente, no Brasil. Os resultados apontam para uma reatualização e fortalecimento da educação como mediação essencial para a formação da força de trabalho em consonância com as novas necessidades da esfera da produção, muitas vezes encobertas pelo discurso e defesa da cidadania, do direito e de valores humanísticos.

A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2019	V. 11. n.1	Daniel Santos Braga e Túlio César Dias Lopes	A educação sob a lógica do capital: constituição e consolidação das políticas educacionais em países periféricos do capitalismo mundial	Políticas públicas educacionais; Organismos multilaterais; financiamento da educação; capitalismo	Este artigo visa discutir os impactos da consolidação do Capitalismo como sistema econômico hegemônico mundial no final do século XX nas políticas educacionais dos países periféricos. Para isso, analisou a constituição das organizações financeiras multilaterais e a sua atuação nos países, especialmente na América Latina e no Brasil. O trabalho buscou apontar como o discurso tecnicista se apresenta de maneira supraclassista e como ele oculta elementos ideológicos. Concluiu-se que, apesar do que se apresenta, existem alternativas viáveis para o modelo estabelecido, e que estas alternativas se concatenam com àquelas que buscam superar não só a proposta de educação sob a lógica do capital, como a própria sociedade capitalista.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2019	V. 11. n.1	Osmar Hélio Alves Araújo	Didática e a prática docente na escola básica em uma perspectiva crítica de educação	Didática; Pedagogia; Prática Docente; Escola Básica	Este artigo visa discutir o papel da Didática e da prática docente na escola básica em uma perspectiva crítica de educação. Inicialmente, discutiremos a Pedagogia como ciência da/para a educação; a Didática em uma perspectiva crítica e o seu papel na formação dos professores. Em seguida, destacaremos a necessidade de práticas docentes pedagógicas que apontem para novos horizontes, novas possibilidades de abordagem do contexto social atual, novos modos de perceber/entender e intervir nessa mesma realidade. Por fim, argumentaremos a favor da articulação entre a Didática, a Pedagogia e as demais áreas das ciências que auxiliam o trabalho docente na escola básica, como um meio de assegurar uma educação inteiramente como chave transformadora da sociedade.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2021	V. 13. n.1	Mauro Rogério de Almeida Vieira, Rômulo Vieira de Oliveira e Justino de Sousa Júnior	A educação como relação social fundamental e a emancipação humana	Educação; Práxis; Emancipação Política; Emancipação humana	O presente artigo visa apresentar uma investigação acerca da articulação entre educação e emancipação humana. Partimos da compreensão de que a educação no seu sentido fundamental é um elo essencial e imprescindível de toda e qualquer sociedade, tendo em vista que a educação é o modo próprio de o ser humano tornar-se o que é, construindo, produzindo e transformando sua humanidade. No transcorrer da pesquisa se constatou que nas instituições formais de educação os processos educativos atentam ao modo de funcionamento da produção mercantil e financeira e, dessa forma, tais processos são orientados, em última instância, pela lógica pragmática das

							relações capitalistas formando indivíduos imersos em relações sociais marcadamente estranhadas/alienadas e fetichizadas definidoras do modo de viver. Assim, incluímos na investigação o estudo da categoria praxis como sendo o elemento central para realização do elo entre educação e emancipação.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2021	V. 12 n.3	Aline de Carvalho Moura	O conceito de alienação e o processo de reprodução da sociedade na educação	Alienação; Sociedade Capitalista; Educação	A partir de uma discussão sobre o conceito de alienação, este artigo tem como objetivo problematizar a relação que se estabelece entre a sociedade e a educação, pensando a forma como os processos educacionais reproduzem as estruturas da sociedade capitalista. Metodologicamente, apresentamos uma epistemologia de base marxista acerca da problemática da alienação sob a perspectiva materialista histórica de orientação ontológica, argumentando, como esse conceito pode explicar a relação entre educação e sociedade. Como considerações, questionamos uma reformulação significativa da educação sem uma correspondente transformação do quadro sócio-político-econômico no qual as práticas educativas devem cumprir suas funções.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2021	V. 13 n.3	Naara Queiroz de Melo e Naara Queiroz de Melo	Estado regulador e mercado educador: raízes burguesas da mercantilização da educação	Educação; Estado; Mercado	O presente artigo analisa o processo de mercantilização da educação no Brasil sob a ótica da relação Estado-mercado. Desse modo, contextualiza os princípios burgueses do Estado e sua primazia pela propriedade privada; discute a relação da educação com a ideologia do Estado Regulador e do Mercado Educador; e reflete sobre o fortalecimento do mercado, em detrimento do direito à educação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Os resultados elucidam que a transformação da educação em mercadoria figura como a reprodução do contexto social no qual o sistema educacional está inserido, contribuindo para os propósitos do Estado.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em	2017	V. 9 n.1	Maria José Ferreira Ruiz, Ana Lucia Ferreira da Silva e Marci Batistão	A democratização da educação pública em tempos de ajuste fiscal.	Democratização da educação; Luta de classes; Ajuste fiscal; Educação pública	A democratização da educação pública e gratuita ocupa a agenda das lutas pela educação a longa data. Diante disso o artigo tem por objetivo abordar a questão da democratização da educação, considerando o contexto da crise atual do capitalismo, que aponta para a necessidade de ajustes fiscais. Rememora a luta dos trabalhadores pela manutenção de seus direitos, no

	Debate						Estado do Paraná, tendo em vista as medidas de austeridade econômica. Utiliza a referência do materialismo histórico e como procedimento de estudo a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Conclui que a resistência dos trabalhadores traz o anúncio de mudanças qualitativas na sociedade e amplia a possibilidade de uma vida mais digna e justa para todos, o que não é possível enquanto persistir a sociedade de classes.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2020	V. 11 n.3	Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima	A constituição da educação escolar moderna: do viés emancipador à estagnação conservadora	Educação escolar; Emancipação; Correntes pedagógicas	O presente artigo busca resgatar a compreensão histórica da constituição da escola moderna como forma dominante de educação, problematizando os rumos ideológicos tomados a partir do período no qual a classe burguesa se consolida como classe dominante. Para isso, se realiza uma pesquisa de cunho teórico, na perspectiva materialista histórica dialética, demonstrando como a prerrogativa da emancipação se apresenta nesse primeiro momento de constituição revolucionária e em um posterior momento de decadência ideológica. Defende-se que uma compreensão maior acerca desses processos conservadores poderia, além de ampliar a percepção do que ocorre hoje no âmbito da atual retomada conservadora, auxiliar a resgatar a potencialidade revolucionária da educação escolar, que se materializa na socialização do conhecimento socialmente acumulado. Entende-se que o conhecimento, em sua radicalidade histórica, é substancial para a formação do sujeito revolucionário – o sujeito que concentra as condições subjetivo-objetivas para a luta pela emancipação humana.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2016	V.8 n.1	Sayarah Carol Mesquita dos Santos e Edna Bertoldo	Mészáros e seus contributos para a educação: reflexões.	Educação; Capital; Consciência socialista	Nosso propósito neste artigo é apreender as contribuições que Mészáros nos oferece em relação à educação, que possibilite aos sujeitos a consciência da real necessidade de um sistema radicalmente transformado e a consolidação de uma sociedade que rompa com o capital. Adotamos como metodologia um estudo teórico que tem como obra A educação para além do capital, de Mészáros, e outros textos do mesmo autor, que contribuem para refletirmos a educação na estrutura capitalista com base na concepção materialista/dialética da história. Sendo assim, entende-se que a superação do capital consiste numa tarefa histórica a ser assumida pelo proletariado, de modo que,

							a educação, enquanto prática social, é um instrumento imprescindível para atingir tal objetivo.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2012	V.3 n.2	Denize Cristina Kaminski Ferreira	Educação, trabalho e suas mediações ao longo da história da humanidade nos diferentes modos de produção da existência.	Educação; Trabalho; Mediações históricas; Modos de produção	O presente artigo tem como objetivo analisar as mediações existentes entre educação e trabalho ao longo da história da humanidade, para tanto, o ponto de partida é a conceituação das referidas categorias, bem como a exposição de suas variações e interrelações nos diferentes modos de produção material da existência humana (comunidade primitiva, sociedade escravagista, modo feudal e capitalismo), visando apreender as múltiplas influências que ambas exercem entre si, a fim de possibilitar uma maior compreensão da evolução histórica e social do homem.
A2	Germin al: Marxis mo e Educaç ão em Debate	2013	V.4 n.1	Rubens Luiz Rodrigues	Transformação social, educação emancipatória e escola pública.	Educação; Trabalho e educação; Filosofia da educação	O argumento aqui desenvolvido busca reforçar a ideia de que o conceito de classe social adquire, no contexto das relações específicas da sociedade capitalista, um sentido inerentemente articulado à igualdade substantiva, que, por sua vez, constitui-se como um princípio para a construção da pluralidade cultural. A democratização da educação escolar pública vincula-se à apropriação do conhecimento historicamente negado à classe trabalhadora. Superar os mecanismos de subordinação constitui-se em ação central para um processo que se pautar na valorização do trabalho e na emancipação humana. É nessa condição que a escola pública pode contribuir para um projeto de transformação social.
A2	Ser Social	2022	V.24 n.51	Ranyellen de Souza e Aline Maria Batista Machado	As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social	Questão Social; Serviço Social; Educação	Este artigo objetiva apresentar alguns dos resultados de uma pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal da Paraíba, que teve como objetivo central identificar e analisar as expressões da “questão social” na atuação de assistentes sociais em escolas públicas. A pesquisa foi qualitativa e de cunho exploratório, tendo sido realizada na cidade de João Pessoa (PB), reunindo como sujeitos da investigação 12 assistentes sociais de diferentes escolas municipais. Os instrumentos da coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, observação sistemática e levantamento

							<p>bibliográfico e documental. Para análise, foram utilizados o método dialético e a análise de conteúdo. Os resultados apontaram diversas expressões da “questão social” e seus impactos na relação de acesso e permanência de crianças e adolescentes no ambiente escolar, que vão desde a evasão e a negação de direitos sociais até a vulnerabilidade econômica das famílias. Distintas foram as formas de enfrentamento a essas refrações pela profissão na viabilização dos direitos, mas considera-se que foram de grande avanço as ações da profissão no âmbito educacional.</p>
A2	Serviço Social em Revista	2014	V. 17 n.1	Jaqueline Natália de Almeida e Cláudia Neves da Silva	<p>A contribuição do Serviço Social na garantia da permanência dos estudantes: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do Município de Rolândia/PR</p>	Serviço Social; Educação; Evasão Escolar; Permanência	<p>A escola é um espaço social caracterizado pela presença de situações provocadas pelas condições materiais de existência dos estudantes, as quais se reproduzem e se conflituam no cotidiano acadêmico. Neste artigo, nos propomos investigar como o Serviço Social poderá contribuir para a permanência dos estudantes na escola. Para concretização da pesquisa, foram entrevistados três diretores e uma diretora auxiliar de todas as escolas públicas estaduais do Município de Rolândia/PR. Para superação da evasão escolar, seja em municípios de pequeno, médio ou grande porte, a educação não pode ser efetivada isoladamente das demais políticas sociais, ao contrário, deve ser implementada de forma articulada com a saúde, a habitação e a assistência social. E o Serviço Social, por meio de sua atuação profissional, poderá contribuir para a efetivação do direito à educação.</p>

ANEXO A- ROTEIRO PARA LEITURA DAS PUBLICAÇÕES SELECIONADAS

ROTEIRO PARA LEITURA	
IDENTIFICAÇÃO DA OBRA	
Título	
Localização da obra	
Resumo e palavras-chave	
BREVE CARACTERIZAÇÃO DA OBRA	
Tema Central	
Objetivo da Obra	
Metodologia de investigação	
CATEGORIAS	Conceitos apreendidos na obra
INDICATIVOS	Conceitos apreendidos na obra
CONTRIBUIÇÕES DA OBRA PARA O ESTUDO Síntese/reflexões/observações	

Fonte: BEUTER, 2019.